

Capítulo 2

O Dia, Última Hora e Luta Democrática: os rumos da imprensa popular na década de 1950

Segundo André de Séguin des Hons, que pesquisou a evolução dos diários cariocas entre 1945 e 1982, o lançamento dos jornais ***O Dia*** e ***Última Hora***, em junho de 1951, significou a "irrupção do grande jornalismo popular de caráter sensacionalista na imprensa brasileira".¹ Junto com a ***Luta Democrática***, criada em fevereiro de 1954, constituíram uma nova etapa na história da imprensa popular.

Precedidos pelos periódicos operários das primeiras décadas do século e pelos pequenos jornais de cunho político do pós-Estado Novo, ***O Dia***, a ***Última Hora*** e a ***Luta Democrática*** foram o resultado de um novo contexto, onde – na política e na imprensa – a incorporação ampla dos grupos trabalhadores como eleitores e consumidores tornou-se fundamental à vida dos partidos e jornais que se pretendiam populares. Em processo de modernização de suas técnicas e consolidação de seu perfil empresarial, a imprensa da década de 1950 deu a determinadas lideranças políticas os ingredientes para o estabelecimento de uma ponte entre elas e as massas.

2.1. Com quem está a palavra?: as diferentes etapas da imprensa popular

Na virada do século XIX para o XX, líderes socialistas lançaram mão de jornais no esforço de organizar o movimento operário na capital da recém-instalada República. Em janeiro de 1890 surgiu no Rio de Janeiro o primeiro jornal considerado por muitos um instrumento de mobilização operária no Brasil. Chamou-se ***A Voz do Povo***. Embora suas idéias tivessem antecedentes em publicações do período imperial, após a

¹ André de Séguin des Hons, Os Diários do Rio de Janeiro, 1945-1982, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1982 (dissertação de mestrado), pp.174 e 179.

proclamação do novo regime era a primeira vez que a palavra impressa estava sendo usada para a orientação e a organização do povo, identificado como a população trabalhadora.²

Ainda no início do século XX, a ascensão do anarquismo entre os trabalhadores no Brasil fez surgir vários títulos. Dada a grande proporção de imigrantes entre os trabalhadores, muitos jornais eram publicados em língua estrangeira, como o italiano e o espanhol. Através destes jornais, as condições de vida e trabalho dos operários foram discutidas, suas reivindicações expressas e o movimento tomou corpo, com a simultânea organização de partidos, associações e sindicatos. Por caminhos diferentes, os discursos socialista, anarquista e comunista conferiram dignidade ao trabalhador, imbuídos da luta para a conquista de direitos de cidadania - civis, políticos e sociais.³

A imprensa operária era popular em todas as acepções da palavra: em sua produção (pois era feita pelos próprios operários, e destaca-se aí a importante participação dos gráficos), em seu conteúdo (problemas e reivindicações dos desfavorecidos) e em seu consumo (embora, é claro, a circulação das publicações acabasse extrapolando o grupo originalmente previsto). ***A Voz do Povo, Echo Popular, Gazeta Operária, Brasil Operário, A Voz do Trabalhador, A Guerra Social, Na Barricada e A Nação***, entre tantos outros títulos, são alguns exemplos desta imprensa.

Os primeiros anos da década de 1920 trouxeram, com a repressão ao movimento operário, o progressivo enfraquecimento deste tipo de jornalismo. A questão operária, no entanto, não esteve restrita aos jornais militantes. Expoente da grande imprensa da época (guardadas as devidas proporções, no período), também o governista ***O Paiz*** (1884-1934) teve sua ***Seção Operária***. Curiosamente, enquanto o presidente Artur Bernardes reprimia o movimento operário, baixando leis draconianas e extraditando trabalhadores estrangeiros, militantes comunistas e

² Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, RJ, Relume Dumará, 1994, p.22.

³ Ibid, capítulo 2.

Maria Nazareth Ferreira, *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*, Petrópolis, Vozes, 1978.

anarquistas debatiam suas questões na *Seção Operária* de **O Paiz**, reaberta em 1923, após nove anos de ausência.⁴

Outro exemplo é o jornal **A Manhã** (1925-1928), de Mário Rodrigues, onde sobreviveu durante algum tempo a seção *A Manhã Proletária*, que publicava notícias sobre o movimento de organização dos trabalhadores. A seção divulgava mensagens de diversas associações profissionais. A 6 de outubro de 1926, por exemplo, publicou a proposta de organização de uma Confederação Geral dos Trabalhadores (já abreviada como CGT): "*A falta de uma ligação prática entre todas as associações de classes trabalhadoras existentes no Brasil é um dos principais motivos do desânimo da massa e, em grande parte, o fator principal da falta de progresso da organização sindical em toda a sua escala*".

Neste ponto é preciso chamar a atenção para o fato de que, da mesma forma que a questão operária não esteve restrita aos periódicos militantes, também os temas populares não se limitaram ao mundo do trabalho. Assim, conforme nos mostra Marialva Barbosa em sua tese de doutoramento, o século XX trouxe à cena um novo tipo de jornalismo, onde o investimento em um noticiário amplo buscou um público variado e fortaleceu determinados jornais enquanto empresas. O caso do **Correio da Manhã**, fundado no Rio de Janeiro em 1901, é exemplar.⁵

O jornal que surgiu prometendo "*defender a causa do povo*" valorizou a informação sobre o cotidiano da população, em reportagens e seções específicas, como *Vida Operária*, tratando de fatos das associações de trabalhadores, e *Na polícia e nas ruas*, que registrava crimes e tragédias. A seção *Pelos subúrbios* publicava notas diversas sobre os bairros servidos pela Estrada de Ferro Central do Brasil e arredores, o que incluía a divulgação de reclamações dos moradores. Sem descuidar dos noticiários político e internacional e de seções voltadas à vida acadêmica e às artes, o **Correio da Manhã** dedicava especial atenção a temas populares, como a tradicional Festa da Penha e

⁴ Angela de Castro Gomes, op.cit., pp.129-130.

⁵ Marialva Barbosa, *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920)*, Niterói, UFF, 1996, pp.38-42.

o carnaval. Segundo Marialva Barbosa, as estratégias editoriais, redacionais e administrativas implementadas pelo **Correio da Manhã** para se tornar um jornal popular atravessaram toda a primeira década do século XX e revolucionaram o jornalismo de então.⁶

A criação dos primeiros conglomerados de imprensa no final da década de 1920⁷ mostra a existência de um público formado pouco a pouco pelos grandes jornais diários que se desenvolveram a partir do final do século XIX. Dois elementos foram fundamentais na conformação deste público: o sensacionalismo e a abertura de espaço para as chamadas “queixas do povo”. Os jornais mais populares do período entre 1880 e 1920 eram aqueles que investiam em notícias ligadas às tragédias do cotidiano e que se faziam valer do diálogo mais permanente com o leitor, transformando-se em intermediários destes com o poder público, encaminhando suas reclamações.⁸

Já no início do século XX, **O Paiz**, a **Gazeta de Notícias** e o **Jornal do Brasil** abriam espaço para os problemas que afligiam a população, nas colunas *Queixas e Reclamações*, *A Voz do Povo* e *Queixas do Povo*, respectivamente. Segundo a análise de Eduardo Silva, a coluna do **Jornal do Brasil** teria sido mais sistemática, ampla e significativa.⁹ Além disso, as queixas eram publicadas gratuitamente e não era preciso saber escrever, pois havia um redator à disposição dos interessados, como explica o texto do próprio jornal:

“A qualquer hora do dia ou da noite um redator especial do Jornal do Brasil está à disposição do povo que tem fome e sede de justiça. Não tem outras atribuições, não lhe são distribuídos outros afazeres; a sua própria

⁶ Marialva Barbosa, op.cit., pp.38-42.

⁷ Entre 1924 e 1929, Assis Chateaubriand adquiriu os diários **O Jornal** (RJ), **Diário da Noite** (SP) e **O Estado de Minas** (BH) e fundou a revista **O Cruzeiro** e os jornais **O Diário de São Paulo** (SP) e o **Diário da Noite** (RJ), dando início à cadeia Diários Associados. Ainda no início da década de 1920, a Sociedade Anônima O Malho publicava, além da revista **O Malho**, o semanário infantil **O Tico-Tico**, o semanário ilustrado **Para Todos**, a revista mensal **Leitura para todos**, o semanário “mundano esportivo” **Arlequim**, os almanaques de **O Malho** e **O Tico-Tico** e a revista **Ilustração Brasileira**.

⁸ Marialva Barbosa, op.cit., pp.78-79, 198 e 218.

⁹ Eduardo Silva, As queixas do povo, RJ, Paz e Terra, 1988, pp.49-50.

*personalidade se funde, dispensa e dissolve na impersonalidade da Dor. Não discute com os queixosos, não comenta as suas queixas, registra-as na forma literária mais compreensível ao público, sem galas de estilo, sem atavios de linguagem. Esta seção é o parlamento dos oprimidos.”*¹⁰

A popularidade do **Jornal do Brasil** e da coluna cresceu a cada número, tendo um alcance muito maior que o dos combativos jornais operários, voltados exclusivamente à defesa das questões populares. Eduardo Silva cita o artigo *O operário e a imprensa burguesa*, escrito por A. Brasil Tupynambá no jornal **Brasil Operário**, em 1903 no Rio de Janeiro, que afirmava ser o **Jornal do Brasil** a folha de “melhor conceito” entre os trabalhadores.¹¹

Também o sensacionalismo – que transformava o cotidiano da cidade em um verdadeiro folhetim – formou o hábito de leitura e por conseguinte um público cativo para os jornais. Nas primeiras décadas do século, as múltiplas mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, em acentuado processo de urbanização e industrialização, fomentaram o aparecimento deste tipo de jornalismo, que foi justamente explorar os fatos do cotidiano urbano, ainda novo e surpreendente para o leitor. A formação de um público sequioso por notícias levou ao desenvolvimento de determinados periódicos e ao surgimento de vários novos títulos. Já em 1907, o cronista João do Rio comentava a transformação dos jornalistas em “caçadores de escândalos”, pois o público exigia “*um assassinato diário*”.¹²

Marialva Barbosa cita o caso da **Gazeta de Notícias**, jornal literário desde a sua fundação, que a partir de 1907 empreendeu uma série de mudanças gráfico-editoriais e de conteúdo. Além da introdução da cor em suas páginas, passou a destacar os crimes monstruosos, publicando fotos das vítimas mortas e mutiladas. Nesse modelo de jornalismo que despontou ao longo dos primeiros anos do século, acentuou-se o caráter informativo, em detrimento do aspecto doutrinário. As reportagens e

¹⁰ **Jornal do Brasil**, 15/11/1900 (p.3) – Citado em Marialva Barbosa, op.cit., p.166.

¹¹ Eduardo Silva, op.cit., p.51.

¹² Citado em R.Magalhães Júnior, *A vida vertiginosa de João do Rio*, RJ, Civilização Brasileira,

entrevistas foram gradativamente tomando mais espaço. Notícias policiais e esportivas tornaram-se um material tão importante quanto os artigos de opinião, e fazê-las acompanhar por ilustrações e fotos tornou-se essencial.¹³

Na década de 1920, o desenvolvimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista demonstra que havia sido criado um público consumidor deste tipo de informação.¹⁴ O jornais **A Manhã** (1925-1928) e **Crítica** (1928-1930), ambos de Mário Rodrigues, foram expressivos exemplares de uma imprensa que se alimentava de crimes e tragédias, construindo para o leitor a percepção do ritmo alucinante dos centros urbanos.

Como dissemos, o recurso ao sensacionalismo e a adoção de uma postura como intermediários entre o povo e o poder (através do espaço dedicado às queixas) significou a alternativa à necessidade dos grandes jornais de expansão da sua circulação. É preciso demarcar, aqui, que a adoção desse modelo mais popular de jornalismo contemplava aspectos editoriais e mercadológicos, mas não políticos, no sentido de que não incluía um projeto ideológico que considerasse as necessidades das camadas populares. Já a existência, desde fins do século XIX, de um jornalismo militante em prol das causas dos trabalhadores variou conforme as etapas do processo de incorporação deste grupo ao cenário político da sociedade brasileira, e, no período aqui tratado, não se confundiu com o sensacionalismo dos grandes jornais em expansão.

Em sua análise do histórico da inclusão dos trabalhadores na cena política, Angela de Castro Gomes demarca duas fases. Na primeira, que cobre toda a Primeira República, estendendo-se até a promulgação da Constituição de 1934, a direção do processo esteve com os trabalhadores. Segundo a autora, "*a 'palavra operária', sob o controle de lideranças diferenciais, operou buscando criar as bases de uma nova identidade de classe como fundamento para sua ação política*".¹⁵

1978, p.80.

¹³ Marialva Barbosa, op.cit., p.344.

¹⁴ Ibid., p.218.

¹⁵ Angela de Castro Gomes, op.cit., p.238.

A partir de 1934, em um segundo momento do processo histórico de formação da classe trabalhadora como ator político, a palavra não esteve mais com os trabalhadores. O acesso à cidadania por parte dos setores populares passou a realizar-se através da intervenção estatal. Neste quadro, a invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas mais tarde pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituíram os elementos fundamentais da incorporação política dos trabalhadores.¹⁶

O Estado Novo, com todas as suas características de controle, agravou a situação, limitando não só a palavra dos trabalhadores, mas também a de outros grupos. A imprensa no período esteve cerceada através de inúmeros dispositivos, culminando mesmo no desaparecimento de vários jornais e revistas. A constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, por meio de uma legislação especial, foi investida da função de caráter público, o que permitiu a sua instrumentalização por parte do Estado. A palavra, agora, estava concentrada nas mãos do governo autoritário.

A peça fundamental deste sistema de controle era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação. As empresas jornalísticas brasileiras só podiam se estabelecer se obtivessem registros concedidos pelos órgãos do DIP e as atividades dos profissionais também ficaram sob esse controle. Aqueles que tentaram manter uma postura independente e crítica em relação ao governo tiveram sua licença cassada. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Entre os representantes da grande imprensa, um dos jornais mais atingidos foi **O Estado de São Paulo**, mantido fechado ou sob intervenção enquanto seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho, partia para o exílio.¹⁷

¹⁶ Ibid., p.284.

¹⁷ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, RJ, Editora FGV/CPDOC, 2001, pp.1830-1833.

Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, "Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954" IN: Angela de Castro Gomes (org.)...[et al.], Vargas e a crise dos anos 50, RJ, Relume Dumará, 1994, pp.27-28.

Maria Helena Capelato, Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo, Campinas, Papirus, 1998, pp.69-70.

Sobre a trajetória específica de O Estado de São Paulo ver Maria Helena Capelato, Os arautos do liberalismo, São Paulo, Brasiliense, 1988.

A imprensa controlada, não só por meio da censura mas também de pressões de ordem política e financeira, foi instrumentalizada pelo governo, que usou os meios de comunicação para a promoção do regime. Assim, durante o Estado Novo, a imprensa escrita e o rádio tornaram-se poderosos veículos de propaganda política, devido ao seu alcance. Com eles, Vargas intentava conquistar o apoio das massas. Mas o esforço de difusão da ideologia estadonovista se fez valer também de outros meios, como o cinema e a música, para esse mesmo fim.¹⁸

A Rádio Mauá, criada em 1944 pelo governo e autodenominada “rádio dos trabalhadores”, foi um instrumento essencial à difusão da imagem popular de Getúlio Vargas e do ideário trabalhista. Subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, veiculava diariamente os discursos do titular da pasta, Alexandre Marcondes Filho, que assim reforçava a estratégia de comunicação iniciada através da Rádio Nacional, então encampada pelo governo Vargas. Intercalando mensagens do governo e programas musicais de grande audiência popular, o ministro divulgava a legislação social trabalhista do Estado Novo.¹⁹

No dia seguinte o jornal do Estado Novo, ***A Manhã***, publicava o texto das falas. O jornal também possuía uma seção diária chamada *Trabalho e Assistência Social*, cujo objetivo era divulgar assuntos relacionados ao Ministério do Trabalho. Dentro da seção havia uma coluna intitulada *Faça a sua consulta!*, dedicada a responder cartas enviadas pela população com suas dúvidas sobre a legislação trabalhista.²⁰

Conforme analisa Angela de Castro Gomes, por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos. O programa *Falando aos trabalhadores brasileiros*

¹⁸ Maria Helena Capelato, Multidões em cena, op.cit., pp.75-78.

Silvana Goulart, Sob a verdade oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo, SP, Marco Zero, 1990, pp.17-28.

¹⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.4866-4867.

²⁰ Angela de Castro Gomes, Cidadania e direitos do trabalho, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002, pp.40-3.

guardava a idéia do estabelecimento de um diálogo sistemático entre o Estado e o povo, através da pessoa do ministro do Trabalho. O programa radiofônico – ao lado de muitas outras iniciativas, como as comemorações do Dia do Trabalho – contribuiu decisivamente para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional.²¹

Mas apesar de todo o controle exercido pelo Estado Novo, surgiram no período pequenos jornais clandestinos, que lutaram contra o regime. No Rio de Janeiro circulou, por exemplo, o **Resistência** (1944 - 1947). São Paulo também teve o seu **Resistência** (1944), que ao lado de outros, como o **Brasil** (1937-1938), tentou combater a ditadura.²² No início de 1945, o **Correio da Manhã**, o **Jornal do Commercio**, o **Diário de Notícias** e o **Diário Carioca**, jornais de prestígio da grande imprensa, publicaram declarações de políticos opostos a Vargas, sinal claro já do enfraquecimento do regime autoritário naquele momento.²³

Com a Constituição de 1946 e o desaparecimento dos órgãos censórios do Estado Novo, voltou a vigor o decreto número 24.7776 de 1934, que garantia a livre manifestação do pensamento. Com o crescimento do noticiário político, jornais como **O Globo**, o **Jornal do Commercio** e o **Jornal do Brasil** apresentaram significativos aumentos de tiragem.

“As redações foram atropeladas quando armavam as equipes para cobrir o setor novo, que se escancarava depois de arrombados os portões de sete anos de censura”, recorda Villas-Bôas Corrêa, *“Na lua-de-mel com a redescoberta da liberdade de imprensa, as matérias políticas despertavam enorme interesse da população e vendiam jornais”*.²⁴

O fim do controle aos meios de comunicação também fez surgir novos títulos na imprensa brasileira. No Rio de Janeiro, foram lançados os jornais **Tribuna Popular** (1945-1947), **Imprensa Popular** (1948-1958), **A Classe Operária** (fundado em 1925, ressurgiu no período), **Voz Operária**

²¹ Angela de Castro Gomes, A invenção do trabalhismo, op.cit., pp.195-197.

²² Silvana Goulart, op.cit., pp.146-147.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.4987-4988.

²³ André de Séguin des Hons, op.cit., p.96.

²⁴ Villas-Bôas Corrêa, Conversa com a memória, RJ, Objetiva, 2002, pp.22-23.

(1949-1980), **O Popular** (1951-1954), **Diário Trabalhista** (1946-1961), **O Mundo** (1947-1957) e **Tribuna da Imprensa** (1949), entre outros.²⁵

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, apesar da repressão do governo Dutra ao Partido Comunista e seus militantes, o período de 1945 a 1950 foi marcado pelo desenvolvimento da imprensa de esquerda. Dos jornais citados, apenas o último - a **Tribuna da Imprensa** de Carlos Lacerda - estava associado a uma posição política mais conservadora.²⁶

A **Tribuna Popular**, por exemplo, teve relevante atuação entre 1945 e 1947. Vinculado ao PCB, embora não fosse seu órgão oficial, o jornal caracterizou-se pela defesa constante do trabalhador em sua luta contra os empregadores, engajando-se em várias campanhas de interesse popular. As limitações da abertura política pós-Estado Novo ficam evidentes no episódio da invasão da redação da **Tribuna Popular**, em 1945. A existência do jornal tornou-se mais difícil depois da cassação do registro do PCB em maio de 1947, levando ao seu fechamento em dezembro daquele ano.²⁷

Durante o segundo governo Vargas, foi sancionada a lei número 1.082 (de Segurança Nacional) em 1952, e, no ano seguinte, a 12 de novembro, foi sancionada a lei de imprensa número 2.083. Ao longo da vigência dessas leis, entretanto, os órgãos de informação conheceram poucos momentos de repressão.²⁸ O *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953 afirmava que:

*“A volta do sr. Getúlio Vargas ao poder trouxe imediatamente aos que o conheceram como ditador, recordações da censura à imprensa e à liberdade de expressão do pensamento. Mas nenhuma restrição tem sofrido a imprensa. Temos uma das mais livres imprensas do mundo em qualquer época.”*²⁹

Neste quadro, tiveram atuação significativa no Rio de Janeiro alguns pequenos jornais populares de cunho político, como **O Radical**, **O**

²⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro, *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 2000 (tese de doutorado), p.45.

²⁶ idem.

²⁷ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.5795.

²⁸ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.46.

Popular, o **Diário Trabalhista**, o **Voz Operária** e o **Imprensa Popular**. Não se tratava mais de jornais feitos pelos próprios trabalhadores, mas estes continuavam a ser o público visado. Estes eram jornais ligados a grupos políticos, ou mesmo a partidos, mas as questões trabalhistas e as condições de vida das classes populares continuaram sendo temas centrais.

O Radical

O diário matutino **O Radical** surgiu em 1º de junho de 1932, destinado a defender e propagar os princípios da Revolução de 1930, segundo a concepção dos "tenentes", no seio da classe trabalhadora. Visando tornar-se atraente para essa camada social, **O Radical** caracterizou-se pela ênfase ao noticiário trabalhista, sindical e policial. Aberto às reivindicações imediatas dos trabalhadores, dava ampla cobertura às greves e convocações de assembleias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e vida dos operários.³⁰

Ainda na década de 1930, **O Radical** apoiou a obra administrativa de Pedro Ernesto Batista, primeiro como interventor e depois como prefeito do Distrito Federal. O recrudescimento do governo Vargas, com a decretação da Lei de Segurança Nacional em 1935 e do estado de guerra em 1936, deram origem às primeiras divergências do jornal com o governo federal. A prisão de Pedro Ernesto (acusado de envolvimento na Revolta Comunista), reforçou a oposição do periódico, que teve sua equipe presa e acabou impedido de circular durante algumas semanas.

A despeito de sua postura crítica e das punições que sofreu, **O Radical** procurou manter o apoio a Getúlio Vargas, reservando seus ataques aos auxiliares do presidente da República. Essa postura pode ser explicada em parte pelo desejo de burlar a censura à imprensa imposta desde a decretação do estado de sítio em novembro de 1935. O jornal manteve esta mesma orientação durante o Estado Novo, tornando-se um

²⁹ Anuário Brasileiro de Imprensa, Rio de Janeiro, PN, 1953, p.4.

³⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.4857-4859.

veículo de prestígio popular. Chegou a atingir a tiragem de 20 mil exemplares, vendidos principalmente na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Em 1945, em meio à luta pela redemocratização do país, **O Radical** tornou-se porta-voz do movimento queremista, defendendo a permanência de Vargas na presidência, mas sob um regime constitucional. Manteve-se numa postura de neutralidade durante o governo Dutra. Em 1949, o jornal foi acusado de ter sido subornado por Ângelo Mendes de Moraes, então prefeito do Distrito Federal, para dar cobertura à sua administração.

O Radical apoiou Vargas em seu retorno em 1950. Em 25 de janeiro de 1951, sob o título "*O Radical a serviço do povo*", o texto na página 2 afirmava que Vargas havia manifestado "*o desejo de ter neste matutino um intérprete do pensamento do governo, refletindo, ao mesmo tempo, as reivindicações do povo, o que equivaleria, quanto à última parte, a manter a posição de órgão popular, eminentemente popular, em que sempre nos conservamos*".

Em edição especial no dia 31 de janeiro, **O Radical** saudou a posse do novo presidente. No dia seguinte, "*O povo assumiu o governo*" era a manchete da primeira página. A função de intermediário entre o governo e o povo, afirmada com tanto zêlo pelo jornal, fez-se presente na publicação de mensagens de sindicatos de trabalhadores, que no dia 31 felicitaram Vargas pela posse.

O caráter popular de **O Radical** é perceptível em suas seções, em sua pauta de assuntos, em seus anunciantes e no tom de seu discurso. Com oito páginas diárias, o jornal destacava os fatos da política, os problemas urbanos e os crimes sensacionais, e oferecia também aos seus leitores notícias sobre futebol, turfe, cinema e acontecimentos sociais. Em meio aos anúncios de filmes, lojas de eletrodomésticos e remédios, surgiam em quantidade aqueles sobre venda de terrenos em bairros populares como Marechal Hermes, Irajá, Bangú, Duque de Caxias, Penha, Vaz Lobo e Belfort Roxo. Também era frequente a publicação de editais de sindicatos de trabalhadores, com convocações para eleições e deliberações de assembléias.

O Radical trazia diariamente o resultado do jogo-do-bicho, sempre antecedido por um texto que tentava dar um caráter jornalístico à informação, aliviando a carona que o jornal pegava na contravenção: "*Continuam funcionando as loterias clandestinas a despeito da campanha policial. Ontem foram registrados os seguintes resultados*".

O tom debochado era a marca comum aos colunistas de **O Radical**. A coluna *Cadeira Elétrica*, escrita por "Carrasco", comentava com ironia os fatos da política e a situação dos serviços públicos. Sua posição política era francamente anti-udenista. A coluna *Cipó Cabeludo* era assinada por Antônio Conselheiro, talvez um pseudônimo, que apresentava-se como um morador do Morro do Formiga. Seu conteúdo era semelhante ao da coluna anterior, lançando mão ainda de diálogos fictícios entre o autor e figuras da política nacional, como parlamentares e ministros. Ambas as colunas apareciam diariamente na página 3.

Na página 2, junto aos editoriais, era publicada com frequência, mas não diariamente, a coluna *Dá licença para um aparte?*, escrita pelo vereador José Venerando da Graça, que também se identificava pelo apelido "Graveto". Também ali o tema era a política, o tom era debochado e a linguagem era bastante informal. O deboche e a ironia às vezes davam lugar ao tom indignado, como no texto de Graveto em 14 de fevereiro de 1951, motivado pelo aumento das passagens de ônibus, em que o vereador dizia que "*a sede insaciável dos tubarões*" investia sobre o governo Vargas, buscando incompatibilizá-lo com as "*massas sofredoras*" que lhe "*devolveram o poder*".

Irreverência e indignação misturavam-se no texto endereçado por "Carrasco" ao presidente da República, em 25 de janeiro de 1951:

"Lembre-se o baixinho de que veio do povo e foi o povo que o elegeu. As políticas modernas, vitoriosas, são todas apoiadas no povo e na sua solidariedade. O brigadeiro virou sorvete porque olhava o povo de nariz torcido! O Cristiano foi-se porque já estava embalsamado antes do pleito. Salvar o povo das agonias, correr ao encontro dos que gemem sob a exploração dos poderosos, sentir o drama inimaginável das multidões comprimidas entre

salários fixos e insuficientes, esse é o dever de um governante do tope de Vargas."³¹

Em 31 de março de 1951, sob o título "*Boato*", Georges Galvão, diretor do jornal, desmentiu a notícia de que **O Radical** estaria sendo vendido ao PSP, para servir na articulação da candidatura de Ademar de Barros à presidência da República. Ao longo do governo Vargas, **O Radical** manteve seu perfil editorial, dobrou o número de páginas e incrementou o noticiário acerca das questões trabalhistas, criando novas seções. Dificuldades financeiras, no entanto, vinham há muito acompanhando o jornal. Finalmente, em 9 de outubro de 1954, foi fechado por ação executiva movida pelo Banco do Brasil, por não ter conseguido saldar seus títulos.³²

O Popular

Diário e vespertino, **O Popular** foi fundado em 1951, pelo senador Domingos Velasco e por Francisco Mangabeira. Embora vinculado ao Partido Socialista Brasileiro, não era seu órgão oficial. Abria espaço preferencial para as colaborações de membros do PSB, que então aceitavam uma nova linha proposta ao partido, desligando-o da condição, na qual vinha até então se acomodando, de agremiação tributária da UDN, de onde na realidade havia surgido.³³

Tinha tiragem diária declarada de 25 mil exemplares. Com o objetivo de difundir o socialismo entre os trabalhadores, dedicava-se às reivindicações das massas proletárias. Episódios como as greves dos marítimos, dos aviários e dos portuários, ocorridas durante o governo Vargas, tiveram ampla cobertura do jornal, que funcionou como veículo de divulgação das aspirações dos trabalhadores. Crítico da política sindical de Vargas, **O Popular** estimulou tais movimentos grevistas. Nacionalista,

³¹ *Cadeira Elétrica*, O Radical, 25/01/51, p.3.

³² Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., pp.4857-4859.

³³ Plínio de Abreu Ramos "A imprensa nacionalista no Brasil" IN: Alzira Alves de Abreu (org.)... [et al.], *A imprensa em transição*, RJ, Editora FGV, 1996, pp.89-91.

preocupou-se em esclarecer as diferenças entre nacionalismo e comunismo.³⁴

Seguindo o formato de **O Radical**, **O Popular** trazia em suas oito páginas diárias um conteúdo variado, que abrangia desde o noticiário político, internacional e policial às informações sobre lazer e esportes. Na página 3, a coluna *A Vida dos Bairros* tratava dos problemas urbanos. Sob o título *Cultura e diversão para o povo*, a página 4 tratava de cinema e teatro, além de trazer palavras cruzadas, histórias em quadrinhos e notas sociais. As três últimas páginas eram dedicadas aos esportes, predominando o turfe e o futebol. Em seu início, o jornal contou com a irreverência do Barão de Itararé, cujos textos comentavam os fatos da política na página 2.

Em 1953, o slogan "*Um jornal a serviço do trabalhador brasileiro*", que figurava na primeira página, passou a receber o reforço de pequenos boxes publicados nas outras páginas, com dizeres semelhantes, como: "*O Popular - um jornal a serviço da classe operária*", "*O Popular - um jornal a serviço da união da classe operária*" e "*O Popular - um jornal a serviço da elevação social, moral e política da classe operária*". Francisco Mangabeira e Domingos Velasco tinham colunas diárias no jornal. As manchetes frequentemente denunciavam problemas sociais e urbanos, marcando a posição do jornal em defesa das classes populares.

Agostinho Rito era responsável pela coluna *Luta Operária*, sobre greves e demais fatos relativos ao movimento operário. Jocelyn Esteves Diniz e João de Azevedo Bastos assinavam a coluna *Orientando o trabalhador*, em que atendiam diariamente a consultas de leitores sobre problemas trabalhistas.

Em 1953, também as páginas de lazer apareciam mais incrementadas, com novas colunas, como *O que o seu rádio não conta*, com notas sobre a vida readiofônica; *Para a mulher*, com receitas culinárias, dicas e curiosidades; e *Bola de Cristal*, seção grafológica através da qual eram respondidas as questões sentimentais dos leitores.

³⁴ Ibid., pp.90 e 104-106.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.4737.

Durante a maior parte de sua existência, **O Popular** manteve-se numa posição de crítica ao governo Vargas. Os primeiros números do jornal, de julho de 1951, dedicaram-se a enumerar as promessas que Vargas fizera durante a campanha eleitoral e que não estavam sendo cumpridas: elas incluíam tanto os compromissos mais amplos com o nacionalismo, quanto os que se referiam às reivindicações populares mais corriqueiras, como por exemplo a fixação do preço da carne e o reajuste do salário mínimo de acordo com os níveis do custo de vida.³⁵

No início de 1954, no entanto, a denúncia do ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, quanto à articulação de um golpe para derrubar Getúlio, aproximou o jornal do presidente. Mesmo criticando o governo, o jornal era contrário às tentativas golpistas da oposição. Por essa época, passou a obter financiamentos do Banco do Brasil. **O Popular** acabou envolvido na campanha contra o jornal **Última Hora**, promovida pelos opositores de Vargas. Acusado de receber favores financeiros do governo, o jornal entrou em crise, culminando com um incêndio em suas instalações que levaram ao seu fechamento em meados de 1954.³⁶

O estudo de Plínio de Abreu Ramos sobre a imprensa nacionalista das décadas de 1940 e 1950 destaca a importância de **O Popular**, pelo fato de ter sido o único jornal diário entre todas as publicações nacionalistas que circularam no Brasil após a restauração democrática que sucedeu ao fim do Estado Novo. **O Popular**, no entanto, não foi um veículo de grande penetração e influência na opinião pública. Segundo a avaliação do autor, a **Última Hora**, pela qualidade de sua apresentação gráfica, alto nível de sua equipe profissional e capacidade de cobrir jornalisticamente todos os setores – político, esportivo e assuntos do cotidiano – tornara-se imbatível na preferência do público que **O Popular** pretendia alcançar. Produzido por Velasco e Mangabeira, que nunca foram jornalistas profissionais, e apesar de tentar oferecer um conteúdo variado, a função do jornal era eminentemente política. Criado em um momento de transição, sua missão era fortalecer a corrente nacionalista.³⁷

³⁵ Plínio de Abreu Ramos, op.cit., p.92.

³⁶ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.4737.

³⁷ Plínio de Abreu Ramos, op.cit., p.113.

Diário Trabalhista

O **Diário Trabalhista**, fundado em 15 de janeiro de 1946, nasceu vinculado ao governo Dutra, para o qual buscava garantir respaldo popular. Embora Eurico de Oliveira, um de seus criadores, tivesse ligações com o PTB, em seu início o jornal dedicou-se mais à defesa de Dutra. Em 1950, a mudança do controle acionário resultou na adoção de uma posição nitidamente trabalhista e comprometida com o governo Vargas.³⁸

No arquivo de Getúlio Vargas há uma nota de 1951 que relata os planos do grupo proprietário do **Diário Trabalhista** para aproximar-se do governo. Desde fevereiro daquele ano, o jornal estava sob a direção-geral de Elza Soares Ribeiro, funcionária influente da Rádio Mauá. O documento, com detalhadas informações sobre ela, revela as relações políticas não só da diretora – ligada a Segadas Viana³⁹ e a Hiram Dutra, irmão do ex-presidente da República, por exemplo – , mas também do próprio jornal:

“Ficou contra o ministro Danton Coelho porque lutava pela nomeação de Rubey Wanderley, ou a sua, para a direção da Rádio Mauá. Não se convence de ter perdido o controle dessa emissora, daí as suas explorações em torno da atual administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

*A entrega da direção do **Diário Trabalhista** a Elza Soares Ribeiro, segundo ela mesma afirma, foi estabelecida mediante entendimentos com elementos chegados ao deputado Lutero Vargas, compromissado em fazer a sua propaganda política no Distrito Federal.*

Essa aproximação com o filho do presidente da República e também com o deputado estadual Raul de Oliveira Rodrigues, do PSD fluminense, que goza da confiança irrestrita do governador Amaral Peixoto, obedece a um plano para

³⁸ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1856-1857.

³⁹ José de Segadas Viana foi diretor-geral do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), durante o Estado Novo, quando Alexandre Marcondes Filho era ministro do Trabalho. Segundo o documento, Elza Soares Ribeiro foi sua assistente no DNT. Segadas Viana foi posteriormente fundador do PTB em 1945, constituinte em 1946, e deputado federal de 1946 a 1951. Em setembro de 1951, assumiu o Ministério do Trabalho em substituição a Danton Coelho. [Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.6046-6048.]

o estabelecimento de uma “ponte” do grupo (...) junto à atual política dominante do País (...).”⁴⁰

Quanto à organização editorial do **Diário Trabalhista**, a seção *No setor do trabalho* ocupava toda a página 5, com notícias sindicais e informações sobre questões trabalhistas. A coluna *Guia do trabalhador brasileiro - um caso por dia* orientava quanto a questões trabalhistas e sindicais, respondendo a cartas de leitores. A coluna *O que você deve saber, trabalhador* também trazia orientações e respostas a solicitações dos leitores. Na mesma página, com frequência eram publicados editais dos sindicatos, com convocações e deliberações.

Assim como **O Radical** e **O Popular**, o **Diário Trabalhista** trazia também notícias políticas, policiais, internacionais e esportivas. Quanto a este último tema, além de turfe e futebol, o jornal cobria modalidades de esporte amador e as atividades dos clubes recreativos. Na página 4, misturavam-se informações sobre cinema e acontecimentos sociais, a coluna *Ao cair dos búzios* (em que eram respondidas as aflitas dúvidas dos leitores sobre seus problemas particulares) e o resultado do jogo-do-bicho (que assim como em **O Radical** vinha “disfarçado” sob o indignado título “*Será possível? E o bicho continua...*”).

A identificação da origem das cartas endereçadas à coluna *Ao cair dos búzios* dá indícios sobre a circulação do jornal. São pontos diversos como Copacabana, Realengo, Niterói, Botafogo, Nilópolis e Petrópolis. O jornal promovia concursos, como o “*Melhores do cinema brasileiro em 1950*”, em conjunto com a Rádio Mauá, e investia na cobertura do carnaval. Em 1951, por exemplo, o **Diário Trabalhista** patrocinou o desfile das escolas de samba, na Praça Onze, com a presença de Lutero Vargas, que representou Getúlio no evento.

Em fevereiro de 1951, o jornal aumentou seu número de páginas, que passou de oito para doze. A seção *No setor do trabalho* passou a se chamar *Sindicalismo e Trabalho*. A edição dominical passou a trazer uma página intitulada *A elegância, no lar e na mulher*, com dicas de beleza, culinária, moda e etiqueta, além da publicação de poesias e folhetins.

⁴⁰ Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1951.00.00/58, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

Surgiu também naquele momento a seção *O leitor protesta*. A seguinte nota era publicada diariamente, incentivando a participação dos leitores na seção:

"Você acha alguma coisa errada? Quer protestar contra uma imoralidade? Compre carne no câmbio negro? O leite que lhe é fornecido tem muita água? Pagou luvas ao alugar sua casa? Não foi atendida pelo motorista de táxi? O trocador do ônibus lhe tratou com brutalidade? Onde você mora falta água? Então, leitor, apresente seu protesto por intermédio do Diário Trabalhista, telefonando para 23-2854 e 23-4262, das 12h às 19h, diariamente, e chamando o Repórter Trabalhista. Será atendido imediatamente."

A coluna de pequenas notas com as reclamações dos leitores era sempre iniciada por um texto do próprio Repórter Trabalhista, como este de 25 de fevereiro de 1951:

"Estamos de parabéns, leitor. Por enquanto, aliás. Isto porque, conforme somos informados, baixou o preço do tomate. Assim, as classes menos favorecidas poderão, por algum tempo, usar esse alimento bastante valoroso. Parabéns ao povo e pêsames aos exploradores."

A coluna sinalizava a postura de "defensor do povo" assumida pelo **Diário Trabalhista**, compartilhada também no período por **O Radical**, **O Popular**, **Última Hora**, **O Dia** e **Luta Democrática**, entre outros.

Ainda em relação ao **Diário Trabalhista**, a morte de Getúlio Vargas agravou a má situação financeira do jornal, uma vez que seus poucos anunciantes eram produto de suas relações políticas. O jornal mudou de mãos, descaracterizando-se até o seu desaparecimento em 1961.⁴¹

⁴¹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1856-1857.

Voz Operária e Imprensa Popular

Órgão do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), o jornal ***Voz Operária*** surgiu no Rio de Janeiro em 1949, inicialmente como jornal semanal. O ***Voz Operária*** foi criado durante um breve período de desaparecimento d' ***A Classe Operária***, primeiro periódico do PCB e fundado em 1925, que deixou de circular entre 1949 e 1951. O ***Voz Operária*** era um típico órgão de partido, com linha editorial definida pelas questões doutrinárias e artigos e noticiário pautados pelas questões políticas do momento.⁴²

O ***Voz Operária*** destinava-se à divulgação e à discussão das teses do PCB entre seus próprios militantes, mas estava também voltado para um noticiário mais amplo, preocupado com as condições de vida dos trabalhadores e com sua mobilização política. Além das colunas *Voz dos Campos* e *Voz das Fábricas*, a situação dos trabalhadores rurais e urbanos era focalizada por reportagens frequentes, marcadas pelo forte tom de denúncia. Os ataques do jornal ao governo Vargas ("*explorador do povo*") também atingiram o jornal ***Última Hora***, caracterizando-o como "*órgão da pior demagogia e do mais repugnante entreguismo, como porta-voz que é da copa e da cozinha do Catete*".

O jornal ***Voz Operária*** circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975, e, de então até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve ainda alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980.⁴³

Ao reaparecer em 1951, como mensário, ***A Classe Operária*** foi redefinida como "instrumento de educação do partido". Nessas circunstâncias, o noticiário amplo, de interesse geral, que havia caracterizado o jornal anteriormente, foi abandonado. Passaram a predominar os artigos doutrinários, visando ao aprimoramento ideológico dos quadros do partido. A divulgação de notícias propriamente ditas ficou realmente ao encargo do ***Voz Operária*** e do ***Imprensa Popular***. A nova

⁴² Ibid., p.6104.

⁴³ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.6104.

proposta d' **A Classe Operária** não durou muito: em 1952 o partido fechou o jornal.⁴⁴

Também vinculado ao PCB, o **Imprensa Popular** havia sido criado em 1948, no vazio deixado pelo **Tribuna Popular**, fechado no ano anterior. O **Imprensa Popular** levou adiante inúmeras campanhas de interesse popular: a campanha "O petróleo é nosso", denúncias de caráter político e econômico, e apoio sistemático às comissões operárias que reclamavam das condições de vida, de trabalho e de salário. No plano internacional, o jornal se empenhou em combater a Guerra da Coréia e a permanência de tropas norte-americanas em bases brasileiras. Sua orientação valeu-lhe constantes perseguições e suspensões, como aconteceu entre os meses de abril e setembro de 1953. Após divergências entre seus redatores e a direção do PCB, a partir de 1955, seguiu-se uma fase difícil, que culminou com o fim do jornal, em 1958, em consequência da reformulação da linha editorial do partido.⁴⁵

O sucesso de **Última Hora**, **O Dia** e **Luta Democrática** marcou o declínio deste tipo de imprensa, ainda que a vinculação política tenha dado sobrevida a alguns jornais. **Última Hora**, **O Dia** e **Luta Democrática** constituíram uma outra etapa na história da imprensa popular. Segundo André de Séguin des Hons, o lançamento dos jornais **O Dia** e **Última Hora**, em junho de 1951, significou a "irrupção do grande jornalismo popular de caráter sensacionalista na imprensa brasileira". Esta orientação marcou o declínio dos pequenos jornais populares de cunho político, e em particular da imprensa diária socializante dirigida a um público operário.⁴⁶

Como demarca Ana Paula Goulart Ribeiro, o nascimento de uma imprensa popular, associada a nomes como Ademar de Barros, Chagas Freitas, Tenório Cavalcanti e Getúlio Vargas (via Samuel Wainer), demonstra a percepção por parte desses políticos da importância que

⁴⁴ Ibid., pp.1372-1373.

⁴⁵ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.2777.

⁴⁶ André de Séguin des Hons, op.cit., pp.174 e 179.

poderia ter uma máquina jornalística voltada para um vasto segmento do público urbano não alcançado pela grande imprensa.⁴⁷

Talvez tenha sido esta mesma percepção o que levou o jornal **Voz Operária** a anunciar uma reforma, em setembro de 1952, na tentativa de alcançar um público mais amplo. A intenção era abranger "todo o povo, do médico à dona de casa, do cientista ao operário". A reforma atingiria desde os aspectos gráficos ao conteúdo do jornal. O noticiário seria aberto a novos temas, de interesse mais geral e redigidos numa linguagem mais acessível. Novas seções foram então anunciadas, como as de literatura, cinema, teatro e artes em geral, além de passatempos, como palavras cruzadas e partidas de xadrez. A reformulação, no entanto, não chegou a acontecer. A única modificação relevante foi a ampliação do uso da fotografia, na capa do jornal e junto às reportagens.

O sucesso de **O Dia** e da **Última Hora** foi imediato. André de Séguin des Hons chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista do conteúdo, **O Dia** e a **Última Hora** apresentavam a concentração de duas tendências que já existiam antes: as grandes manchetes noticiosas de jornais do proletariado e das classes médias, como o **Diário da Noite** e o **Correio da Noite**, e a ênfase política dos pequenos jornais das mesmas camadas sociais, como **O Mundo** e **O Radical**.⁴⁸

De fato, as fórmulas de **O Dia** e **Última Hora** traziam como características marcantes as manchetes sensacionalistas e uma postura política de "defensores do povo". Mas o sucesso destes jornais no momento imediatamente após a sua criação deve ser explicado também por sua inserção no contexto político e no processo de modernização da imprensa. Pois a diferença crucial de **O Dia** e **Última Hora** em relação aos demais jornais é a articulação do conteúdo popular com os elementos da indústria cultural, com vistas à conquista de um público amplo e à estruturação de um sólido apoio popular para a atuação de determinadas lideranças políticas.

⁴⁷ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.97-98.

⁴⁸ André de Séguin des Hons, op.cit., p.89.

2.2. A imprensa em transição: modernização técnico-empresarial, dependência e engajamento político

A análise do comportamento da imprensa brasileira no século XX indica que, a partir da década de 1950, os jornais passaram por grandes modificações, através da incorporação definitiva de uma racionalidade empresarial e da introdução de inovações técnicas, gráficas e editoriais, acompanhando as transformações ocorridas na sociedade brasileira no período. Para muitos historiadores da imprensa e jornalistas, a década de 1950 constitui um verdadeiro marco na história de nossa imprensa, a partir do qual o jornalismo brasileiro foi abandonando uma de suas tradições: a do jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.⁴⁹

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira. Foi gradualmente sendo substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegiava a notícia, separando o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. Neste modelo, a chamada "objetividade jornalística" era o critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico.⁵⁰

Conforme escreve Ana Paula Goulart Ribeiro, em sua tese sobre as transformações sofridas pela imprensa no período, o modelo norte-americano implantado naquele momento provocou não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era a sua função social.⁵¹

As inovações introduzidas no jornalismo brasileiro a partir da década de 1950 se fizeram pelas mãos de jornalistas que estiveram nos

⁴⁹ Fernando Lattman-Weltman, "*Imprensa carioca nos anos 50: os anos dourados*" IN: Alzira Alves de Abreu (org.)... [et al.], *A imprensa em transição*, RJ, Editora FGV, 1996.
Juarez Bahia, *Jornal: história e técnica*, RJ, Editora Ática, 1990.

Ver também neste sentido a entrevista do jornalista Villas-Boas Corrêa ao CPDOC da FGV em 9 de junho de 1997.

⁵⁰ Fernando Lattman-Weltman, op.cit., p.163.

⁵¹ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.12.

Estados Unidos durante os anos 40 e 50, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. O início deste processo de modernização da nossa imprensa é atribuído à introdução da técnica do *lead* e da figura do *copy-desk* por Pompeu de Souza no **Diário Carioca** e às inovações gráficas, editoriais e empresariais contidas na criação do jornal **Última Hora**, de Samuel Wainer, ambos no começo da década de 1950.

Em 1956 teve início a reforma gráfica e editorial do **Jornal do Brasil**, um projeto de modernização empreendido por nomes como Amílcar de Castro, Odylo Costa Filho e Alberto Dines, que se estendeu pelos anos seguintes, influenciando os demais jornais e estabelecendo parâmetros duradouros quanto à forma *moderna* de se fazer jornal.⁵² De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, a reforma do **Jornal do Brasil** conferiu ao jornal uma nova estatura na formação da opinião pública, mais especificamente, a opinião da elite intelectual e política do país.⁵³

Fernando Lattman-Weltman nos lembra que este processo de transformação da imprensa deve ser entendido dentro de um contexto amplo de desenvolvimento da sociedade brasileira no período. As transformações econômicas significaram o ingresso do país numa decisiva era de industrialização, o que determinou, entre outras coisas, a reorganização dos meios de comunicação no interior de uma iniciante indústria cultural. O desenvolvimento vivido pela imprensa na década de 1950 deveu-se também ao quadro de relativa estabilidade política. Malgrado certas tentativas de golpe e contragolpe, a época foi de rara continuidade no que respeita aos processos democráticos de transmissão do poder público.⁵⁴

Mas a passagem de um jornalismo político para outro de perfil mais empresarial constituiu um processo lento e a ambiguidade permaneceu como um traço da nossa imprensa ainda durante algum tempo. O caso do jornal **Última Hora** é exemplar neste sentido. Moderno em suas técnicas jornalísticas e estratégias empresariais, a lógica que fundou o jornal em

⁵² Washington Lessa, "Amílcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil" IN: Washington Lessa, Dois estudos de comunicação visual, RJ, Editora da UFRJ, 1995.

⁵³ Marieta de Moraes Ferreira, "A reforma do Jornal do Brasil" IN Alzira Abreu (org)...[et al.], A imprensa em transição, RJ, Editora FGV, 1996, p.154.

⁵⁴ Fernando Lattman-Weltman, op.cit., p.158.

1951 foi a lógica das lutas políticas. Porta-voz do populismo varguista, o **Última Hora** foi um produto combinado: teve ao mesmo tempo características de jornal de causa e de um jornal da indústria cultural. Segundo Gisela Goldenstein, o formato e as estratégias modernas do jornal visavam igualmente o lucro empresarial e a penetração política.⁵⁵

A mesma ambiguidade – isto é, o dilema entre informação e opinião, entre modernização e arcaísmo – pode ser encontrada em outros jornais do período, como é o caso da **Tribuna da Imprensa**, criada em 1949 por Carlos Lacerda. Ao mesmo tempo em que servia como instrumento político de seu proprietário e do grupo político ao qual estava ligado (a UDN), era produzido nos moldes do jornalismo moderno, contando então com uma equipe de alto nível técnico-profissional.⁵⁶

Conforme demarca Ana Paula Goulart Ribeiro, os anos 50 representaram não um momento de ruptura radical, mas o período de consolidação das transformações por que vinha passando a imprensa desde o início do século. A reforma do jornalismo foi um processo cumulativo, que incorporou experiências já desenvolvidas, interna e externamente, ao longo de décadas e que, apesar de todas as rupturas, também conservou muitos aspectos da tradição.⁵⁷

Os trabalhos de Ana Paula Goulart Ribeiro e Gisela Goldenstein mostram como foi possível a convivência entre aspectos modernos e arcaicos do jornalismo naquele contexto, em que havia uma integração entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. Os jornais começavam a absorver os procedimentos da indústria cultural, mas sem adotar integralmente a sua lógica. Isso se devia às condições concretas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, neste quadro, à conformação empresarial e administrativa do campo jornalístico.

No Brasil, a maior parte dos jornais possuía um equilíbrio econômico precário e, por isso, dependia de favores, subsídios e subvenções para assegurar a sua existência. A relação da imprensa com

⁵⁵ Gisela Goldenstein, op.cit..

⁵⁶ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.141.

⁵⁷ Ibid., p.30.

o poder público apresentava-se como uma tradição do jornalismo brasileiro, acompanhando-o desde o seu surgimento no início do século XIX.⁵⁸ Aos poucos, ao longo da década de 1950, com o desenvolvimento industrial do país, a publicidade foi ganhando força, assim como o sistema financeiro (privado). Mas apenas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, eles permitiriam uma maior autonomização do campo jornalístico.⁵⁹

Assim, a modernização da imprensa durante a década de 1950 – quando os jornais cariocas investiram na renovação de seus parques gráficos e mesmo na construção de novas sedes⁶⁰ – foi financiada, em grande medida, através de relações políticas, baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc.. Os jornais dependiam dos bancos estatais. O caso mais conhecido é o da *Última Hora*, que só existiu graças aos empréstimos concedidos pelos estabelecimentos oficiais de crédito.⁶¹

Mas o favorecimento governamental à imprensa era uma regra geral. Os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e o jornal *O Globo*, de Roberto Marinho, foram altamente beneficiados com recursos oficiais. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, a análise dos dados relativos aos empréstimos dos bancos oficiais à luz do posicionamento político dos jornais mostra que, no entanto, não havia uma correspondência mecânica entre favores do governo e apoio político dos jornais. Em 1953, dois dos maiores devedores do Banco do Brasil eram Assis Chateaubriand e Roberto Marinho e, nem por isso, os *Diários Associados* e *O Globo* apoiaram Getúlio no momento da crise.⁶²

Outra forma de relação econômica entre as empresas jornalísticas e o governo era a publicidade oficial, que por vezes podia ser usada como instrumento de pressão. Na edição de 8 de fevereiro de 1952 da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda denunciou o uso político da distribuição de tais verbas, o que era então atribuição da Agência Nacional. Segundo

⁵⁸ Ver Marialva Barbosa, op.cit., capítulo 4 e Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.159-170.

⁵⁹ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.42 e 159.

⁶⁰ Ibid., pp.192-195.

⁶¹ Ibid., pp.41-42.

Lacerda, Lourival Fontes, chefe do Gabinete Civil de Vargas, teria entregue ao diretor da Agência Nacional uma lista tríplice.

A primeira lista continha os nomes dos jornais que obrigatoriamente deviam receber a publicidade oficial: **A Manhã, A Noite, Última Hora, O Radical, Voz Trabalhista, Diário Popular e Diário Trabalhista**. A segunda lista continha os nomes dos periódicos aos quais as verbas deveriam ser distribuídas conforme a atitude para com o governo: **Jornal do Commercio, Correio da Manhã, O Jornal, Diário da Noite, O Globo** e outros. E, finalmente, na terceira, os jornais que não deveriam receber publicidade de forma alguma: **Tribuna da Imprensa, Diário de Notícias, Diário Carioca e Imprensa Popular**.⁶³

O episódio da chamada CPI da **Última Hora** é paradigmático no que diz respeito às relações entre imprensa e política no período. A criação do jornal em 1951 foi incentivada pelo presidente Getúlio Vargas, que desde a campanha eleitoral enfrentava a “conspiração do silêncio” que a imprensa armara contra ele. Como já foi dito, para a fundação da **Última Hora**, o jornalista Samuel Wainer conseguiu crédito junto a instituições oficiais.

Wainer adquiriu a empresa gráfica Érica do **Diário Carioca**, por 30 milhões de cruzeiros. Assumiu também as dívidas da empresa, no valor de 22 milhões, para com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal. Além disso, ele pagaria 12 milhões, durante certo período, e se comprometia a imprimir durante dois anos o **Diário Carioca**. A transação totalizou 64 milhões, 22 dos quais tinham um prazo de 15 anos para pagamento ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica.⁶⁴

Foram três as fontes de financiamento de Wainer para a compra da Érica: Walter Moreira Salles (banqueiro), Ricardo Jafet (presidente do Banco do Brasil e membro da elite industrial paulista) e Euvaldo Lodi (empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria). Wainer também obteve um empréstimo de 26 milhões com o Banco do Brasil e conseguiu que este absorvesse a dívida da empresa para com a Caixa

⁶² Ibid., pp.164-165.

⁶³ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.169.

Econômica Federal. Com esses recursos modernizou o equipamento da *Érica*, na época já bastante obsoleto.⁶⁵

Wainer criou a Editora *Última Hora* SA, empresa sem qualquer vinculação jurídica com a *Érica*. Segundo o próprio Wainer, era comum, em uma época em que os jornais estavam sujeitos a pressões políticas, separar a parte industrial da parte editorial, de forma que, se o jornal parasse, fosse possível manter a parte industrial e fazer outro.⁶⁶

Para a criação da empresa editora, Wainer conseguiu recursos por intermédio de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais. Obteve do Banco Hipotecário de Crédito Real o desconto de 3 milhões em promissórias da *Última Hora* SA, a serem pagos em publicidade. Conseguiu também contratos de publicidade de entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Companhia Antártica de São Paulo.⁶⁷

Com um projeto editorial inovador, a *Última Hora* teve um sucesso imediato: em seis meses de existência tinha atingido uma tiragem de 50 mil exemplares, e, em um ano, já vendia mais de 100 mil às segundas-feiras. O vespertino criado por Wainer dirigia-se especialmente às classes populares, mas não exclusivamente a elas. Segundo o Ibope, o jornal tinha penetração em todas as classes sociais.⁶⁸

O conteúdo do jornal, de defesa do nacionalismo e do trabalhismo, feria os interesses dos inimigos políticos de Vargas. Assim, a repercussão da *Última Hora* despertou oponentes entre os jornais concorrentes e no meio político, resultando no episódio da CPI. Moveu-se contra Wainer e o seu jornal a maior campanha de que se tem notícia na história da imprensa brasileira. O que desfechou esse movimento contra o jornal foi exatamente o fato dele ter tido êxito e apresentar uma perspectiva de

⁶⁴ Ibid., p.121.

⁶⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.121.

⁶⁶ Gisela Goldenstein, op.cit., p.47.

⁶⁷ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.121-122.

⁶⁸ Ibid., p.126.

expansão muito grande. À medida em que a **Última Hora** crescia industrialmente e se fortalecia politicamente, a luta aumentava.⁶⁹

Uma carta de Vargas Neto, sobrinho de Getúlio⁷⁰, de 3 de julho de 1953, quando a crise da CPI já estava deflagrada, oferece uma imagem do impacto provocado pelo jornal:

*“O sucesso da **Última Hora e Flan**⁷¹ é uma coisa desconcertante para seus adversários, que lhe vêem crescer em possibilidade de influência. A **Última Hora** de São Paulo⁷² deixou longe os outros jornais, abafou, e passeia sozinha na pista... O Ademar de Barros, que “não dorme de touca”, já se ofereceu para defender o Samuel e lhe pôs 130 mil contos à disposição se quiser se vender para ele com jornal e tudo. Wainer recusou. Não sei até quando poderá recusar se o deixarem às feras... Ele garante que é só “getulista” e que não aceitará ofertas do Ademar.”⁷³*

A campanha contra a **Última Hora**, iniciada por Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand, ocupou os jornais, as revistas, o rádio, a televisão e o parlamento. As acusações principais foram de *dumping*, concorrência desleal e favoritismo oficial. Mas Wainer teve de enfrentar também a denúncia feita por Lacerda, através da sua **Tribuna da Imprensa**, de que ele era estrangeiro, e que portanto, de acordo com a Constituição, não poderia possuir ou dirigir qualquer órgão de imprensa no País.⁷⁴

Em agosto de 1952, o deputado Olavo Bilac Pinto, da UDN, denunciou no Congresso que o Banco do Brasil havia emprestado 160 milhões de cruzeiros à Érica e à **Última Hora**. Wainer reagiu, sugerindo mesmo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para

⁶⁹ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.128.

⁷⁰ Manuel do Nascimento Vargas Neto foi jornalista, constituinte em 1946 e deputado federal pelo PTB entre 1946 e 1951. [Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.5979-5980.]

⁷¹ Semanário lançado por Samuel Wainer em abril de 1953.

⁷² A **Última Hora** de São Paulo foi fundada em 18 de março de 1952.

⁷³ Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1953.05.00/3, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

⁷⁴ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.5831.

investigar as relações não só de seu jornal, mas de toda a imprensa, com as instituições oficiais de crédito.⁷⁵

Wainer contava com o apoio do PSD e do PTB, mas o jogo político escapou às suas mãos quando o deputado Armando Falcão, da UDN, requereu e obteve do Congresso aprovação para a formação de uma CPI para averiguar os financiamentos do Banco do Brasil às quatro empresas pertencentes a Wainer: Cia Paulista Editora de Jornais SA, Empresa Editora Última Hora SA, Érica Editora de Revistas e Publicações SA e Rádio Clube do Brasil. Os políticos da situação conseguiram ampliar a CPI para abranger toda a imprensa, e as duas investigações correram paralelas.⁷⁶

A estratégia dos inimigos de Wainer – obviamente setores de oposição a Vargas – era menos destruir a **Última Hora** do que provar as vinculações diretas de Getúlio Vargas e membros de sua família com o jornal. Dessa forma, haveria elementos para envolver o presidente em crime de favorecimento, abrindo-se a possibilidade de um *impeachment* de seu governo.⁷⁷ Mas se a luta política era o fator dominante, o episódio não deixou de ser, também, um embate pelo mercado jornalístico. Líder da campanha contra a **Última Hora**, Carlos Lacerda usou não só o seu jornal para os ataques, mas também teve à sua disposição a Rádio Globo e a TV Tupi. O envolvimento de Roberto Marinho e Assis Chateaubriand teve certamente este duplo caráter: disputa política e jornalística.

É significativo o relato do próprio Wainer, em seu livro de memórias:

*“Quando a **Última Hora** nasceu, Carlos Lacerda foi assaltado por um ódio ferocíssimo, permanente. Era preciso destruir meu jornal, sob o pretexto de que a **Última Hora** representava uma ameaça à imprensa brasileira. Na linha de raciocínio de Lacerda, era preciso provar que a **Última Hora** recebera*

⁷⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.128.

⁷⁶ A CPI foi instalada através da resolução 313, da Câmara dos Deputados, publicada no *Diário do Congresso Nacional* em 3 de junho de 1953, que determinou a investigação sobre as empresas de Samuel Wainer. A resolução 314, ampliou a investigação para toda a imprensa.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.129.

Ana Maria de Abreu Laurenza, *Lacerda X Wainer – O corvo e o bessarabiano*, SP, Senac, 1998, p.59.

*irregularmente dinheiro do governo, para liquidar o jornal e, em seguida, destruir Getúlio Vargas. Ele não me faria mal algum, entretanto, se contasse exclusivamente com seu próprio jornal – a **Tribuna da Imprensa** não encontrava ressonância, era uma ficção jornalística. O problema é que Lacerda logo seria auxiliado por Assis Chateaubriand, que lhe franquearia o acesso à TV Tupi, e por Roberto Marinho, que pôs a Rádio Globo à sua disposição. No seu livro de memórias, por sinal, Lacerda afirma que, ao receber esse tipo de ajuda, sentiu-se invencível.”⁷⁸*

O jornalista Villas-Bôas Corrêa também explica a reação dos chamados “barões” da imprensa contra o jornal de Samuel Wainer:

*“Toda a imprensa se juntou contra a **Última Hora**, porque ela ameaçava a imprensa: foi uma revolução de salários, de métodos, de maquinaria... De repente, apareceu aquele jornal de rico, pagando salários mirabolantes, requisitando gente, conquistando um enorme espaço, com dinheiro do Banco do Brasil. Os donos da imprensa ficaram contra o patinho feio que nascia em berço de ouro, o berço do Banco do Brasil.”⁷⁹*

Uma lista em poder de Vargas, datada de 26 de fevereiro de 1953, mostrava o ranking das dívidas da imprensa com os bancos oficiais (não há indicação específica de que se trata só do Banco do Brasil), na qual aparecem os montantes das empresas de Assis Chateaubriand, Samuel Wainer, Roberto Marinho e Carlos Lacerda, entre outros. A data do documento, anterior à abertura das CPIs, demonstra que o presidente mantinha-se informado quanto à situação de tais empréstimos.⁸⁰ Conforme comenta Ana Maria de Abreu Laurenza, talvez Vargas quisesse avaliar seu poder de fogo perante a mídia. Talvez, também, tenha sido esta informação o que encorajou Wainer a propor as investigações.⁸¹

Em 5 de setembro de 1953, a **Voz Operária** atacou o financiamento oficial à imprensa. Segundo o jornal do PCB, o Banco do

⁷⁷ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.5831.

⁷⁸ Samuel Wainer, Minha razão de viver: memórias de um repórter, RJ, Record, 1988, p.140.

⁷⁹ Marieta de Moraes Ferreira (coord.), Crônica política do Rio de Janeiro, RJ, FGV/ALERJ, 1998, p.47.

⁸⁰ Arquivo Getúlio Vargas, documento GV 53.02.26/4, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

⁸¹ Ana Maria de Abreu Laurenza, op.cit., pp.65-67.

Brasil, os “*trustes ianques*” e o governo americano financiavam os “*jornais da burguesia*”. Sob o título “*Como são financiados os jornais?*”, a **Voz Operária** publicou o seguinte quadro:

“1. O Banco do Brasil é um grande fornecedor de fundos para a imprensa burguesa. Eis as dívidas de empresas jornalísticas, radiofônicas e de publicidade ao Banco do Brasil:

| | |
|--|---------------------|
| a) Grupo Assis Chateaubriand..... | Cr\$ 162.375.618,50 |
| b) Grupo Última Hora..... | Cr\$ 155.809.449,90 |
| c) Grupo Roberto Marinho (O Globo, etc.)..... | Cr\$ 55.187.310,50 |
| d) Grupo G.Galvão (O Radical, etc.)..... | Cr\$ 25.746.000,00 |
| e) Jornais do Distrito Federal..... | Cr\$ 65.597.829,90 |
| f) Outros jornais e empresas de publicidade..... | Cr\$ 46.893.313,00 |
| g) Empresas de radiodifusão..... | Cr\$ 121.361.161,60 |
| TOTAL..... | Cr\$ 632.972.684,20 |

2. Os empréstimos feitos ao Banco do Brasil, lançando assim mão dos dinheiros públicos, são apenas um aspecto dos “negócios” da imprensa de aluguel. Há numerosas outras fontes de enriquecimento dos donos de jornais, emissoras, etc, à custa da traição ao Brasil e da propaganda de guerra: publicidades (anúncios) e matérias pagas pela Standard Oil, de outras empresas imperialistas, da Embaixada Americana, da Light (...) etc.. (...).”

O quadro era, no entanto, um detalhe de uma página inteira contra Carlos Lacerda, intitulada “**Tribuna da Imprensa ou porta-voz da polícia e do imperialismo?**”, em que a **Voz Operária** acusava o jornalista de ser “*um perigoso aventureiro a soldo de interesses anti-nacionais*”. Os ataques era extensivos a toda a grande imprensa, que no entendimento do jornal defendiam “*interesses dos que agem contra nosso povo*”. A **Última Hora** era então “*o jornal que Getúlio montou para Samuel Wainer, a fim de entorpecer as massas*”. Neste raciocínio, sobrava para os órgãos do PCB o lugar de únicos periódicos realmente populares, visto que “*os jornais de Prestes vivem da contribuição do povo*”.

As conclusões da CPI, publicadas pelo *Diário do Congresso Nacional* em 18 de novembro de 1953, afirmaram ter havido

favorecimento do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, em relação a Wainer, uma vez que lhe foram concedidos financiamentos “excessivos” e “à margem das condições normais”. Apesar dos esforços dos inimigos de Vargas, no entanto, não foi possível comprovar qualquer intervenção do presidente na realização de tais transações, ficando desse modo afastada a possibilidade do *impeachment*.⁸²

Naquele momento, Vargas declarou a Samuel Wainer que os interesses do governo impunham a execução imediata das dívidas da **Última Hora** com o Banco do Brasil. Getúlio determinou que o Banco do Brasil executasse em oito dias todos os seus devedores, mas a realidade seria diferente. Só a dívida da **Última Hora** foi efetivamente executada. Em poucos dias Wainer teve que pagar ao Banco do Brasil, o que foi conseguido graças a um empréstimo concedido pelo conde Francisco Matarazzo, Ricardo Jaffet e Ernesto Simões Filho, ex-Ministro da Educação.

A manchete da **Última Hora** do dia 9 de novembro de 1953, dia seguinte ao pagamento da dívida, foi: “*Quase todos os jornais devem ao Banco do Brasil, mas somente a UH pagou integralmente seus débitos em 8 dias*”. A **Última Hora** conseguiu assim sobreviver à crise, que já havia lhe imposto uma série de dificuldades, como a fuga de anunciantes. Samuel Wainer conta em seu livro de memórias que Assis Chateaubriand chantageava empresários para que não anunciassem em seu jornal.⁸³

2.3. O mercado jornalístico na década de 1950

No período entre 1950 e 1954, o mercado jornalístico carioca ainda não havia começado a passar pelo processo de concentração que se desenvolveu ao longo dos anos seguintes. Pelo contrário, a abertura política após a queda do Estado Novo propiciou a circulação de um variado número de jornais. Segundo a tese de André des Hons, é entre os

⁸² Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.5831.

⁸³ Samuel Wainer, op.cit., pp.194-198.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.5831.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.133.

anos de 1956 e 1957 que tem início o processo que levou à progressiva redução do número de jornais, marcadamente durante as décadas de 1960 e 1970. A concorrência, a crise do preço do papel, o desenvolvimento da publicidade, o recuo das tiragens depois de 1963, a extensão dos grupos de imprensa e o fechamento do regime político após 1964 foram as principais determinantes da redução do número de jornais.⁸⁴

Entre 1951 e 1954, circulavam no Rio de Janeiro cerca de 28 jornais. Era a cidade com maior número de periódicos no País. Segundo o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953, o prestígio da capital da República havia feito da cidade “o centro editorial para as publicações nacionais”.⁸⁵

Entre os jornais matutinos cariocas, os de maior tiragem eram o **Correio da Manhã**, **O Jornal**, o **Diário de Notícias** e **O Dia**. Entre os vespertinos, se destacavam **O Globo**, a **Última Hora**, o **Diário da Noite** e **A Notícia**. Em geral, estes jornais se situavam em uma faixa de tiragem bastante próxima. Os matutinos ficavam entre 60 e 70 mil exemplares, com exceção de **O Dia**, que entre 1953 e 1954 apresentou uma tiragem de 90 mil exemplares. Já os vespertinos variaram entre 70 e 130 mil exemplares no período. Uma tiragem de 100 mil exemplares era considerada grande no Rio e nenhum jornal tinha circulação nacional.⁸⁶ Segundo o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953, a circulação das publicações brasileiras era obstada por dois fatores: o baixo nível de alfabetização do povo e a dificuldade de transporte.⁸⁷

TIRAGEM DOS MATUTINOS CARIOCAS⁸⁸

(em mil exemplares)

| Jornais/ Ano | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1958 | 1960 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| <i>Diário Carioca</i> | 45 | 35 | 40 | 40 | 40 | 17 | 17 |
| <i>Jornal do Brasil</i> | 60 | 70 | 45 | 40 | 40 | 57 | 59 |
| <i>Correio da Manhã</i> | 56 | 70 | 70 | 72 | 72 | 57 | 53 |
| <i>O Dia</i> | - | 60 | 90 | 90 | 115 | 240 | 230 |
| <i>Jornal do</i> | 33 | 60 | 20 | 32 | 32 | ? | ? |

⁸⁴ André de Séguin des Hons, op.cit., pp.16-17.

⁸⁵ Anuário Brasileiro de Imprensa, RJ, PN, 1953.

⁸⁶ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.61-63.

André de Séguin des Hons, op.cit., p.234.

⁸⁷ Anuário Brasileiro de Imprensa, op.cit..

⁸⁸ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.63.

| | | | | | | | |
|---------------------------|----|----|----|----|----|-----|-----|
| <i>Commercio</i> | | | | | | | |
| <i>O Jornal</i> | 70 | 60 | 60 | 60 | 60 | ? | 27 |
| <i>Diário de Notícias</i> | 64 | 55 | 63 | ? | 54 | 47 | 47 |
| <i>Luta Democrática</i> | - | - | - | 20 | 30 | 117 | 130 |

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-1957)* e *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (1958-1960)*

TIRAGEM DOS VESPERTINOS CARIOCAS⁸⁹ (em mil exemplares)

| Jornais/ Ano | 1951 | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1958 | 1960 |
|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| <i>Última Hora</i> | - | 70 | 85 | 92 | 92 | 105 | 117 |
| <i>Tribuna da Imprensa</i> | 30 | 25 | 25 | 40 | 40 | 24 | 18 |
| <i>O Globo</i> | 100 | 120 | 100 | 110 | 110 | 187 | 218 |
| <i>A Notícia</i> | 120 | 130 | 130 | 95 | 60 | 58 | 56 |
| <i>Diário da Noite</i> | 95 | 129 | 88 | 75 | 90 | 70 | 40 |

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-1957)* e *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (1958-1960)*

A concorrência entre os jornais cariocas era acirrada, em um mercado que não conseguia se ampliar geograficamente. Desde a década anterior, durante o Estado Novo, as bancas de jornais haviam tomado a dianteira dos vendedores de rua no que tange ao sistema de distribuição. De início autônomos, os donos de bancas se organizaram em capatazias e reivindicaram o controle da distribuição. Diante de uma ameaça de greve, as empresas jornalísticas firmaram um acordo em 1948, que favoreceu as capatazias. Segundo André des Hons, isso explica porque os jornais do Rio demoraram a estender-se em direção ao interior do estado, pois as capatazias não dispunham de meios econômicos para ampliar sua frota de veículos, e os proprietários dos jornais recusaram-se a financiá-las, com medo de fortalecê-las.⁹⁰

As capatazias também pressionaram as empresas jornalísticas para que elas não escapassem ao seu controle por intermédio das assinaturas, que não chegaram a ser promovidas em condições de preços interessantes para os leitores. Assim, por exemplo, ***O Globo*** e o ***Jornal***

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ André de Séguin des Hons, op.cit., pp.61-62.

do Brasil nunca chegaram a vender mais de 30% do total de exemplares através de assinaturas. Nestas condições, a disputa entre os jornais voltou-se para a conquista direta do público, na venda avulsa.⁹¹

Talvez isto explique o tom sensacionalista de manchetes verificado à época mesmo em jornais ditos “sérios”, pois era preciso atrair o interesse do leitor. Explica também o investimento dos veículos em campanhas e promoções, como forma de incrementar as vendas. Ao lado do engajamento já antigo da imprensa em campanhas sociais e políticas, desponta com intensidade na década de 1950 a atividade promocional. Através do incentivo a competições esportivas e atividades nos bairros e da realização de concursos variados, entre outros eventos, os jornais simultaneamente cativavam os leitores e reforçavam sua imagem institucional.

Mas poucos órgãos da imprensa carioca tinham nas vendas sua maior fonte de renda, e a publicidade já representava um fator fundamental na sustentação financeira das empresas jornalísticas. De fato, entre 1947 e 1953, o volume investido em jornais e revistas aumentou cerca de 400%, fazendo destes veículos os principais meios de promoção de produtos de consumo durante a década de 1950.⁹²

Os jornais populares beneficiaram-se menos com o surto publicitário, devido ao fraco poder aquisitivo dos seus leitores e à sua limitada capacidade de consumo. Mas apesar da publicidade dirigir-se sobretudo às camadas privilegiadas, a classe trabalhadora não era negligenciada. A promoção de uma série de produtos mais populares – tecidos, roupas de trabalho, ferramentas, objetos em segunda mão, rádios, pequenos aparelhos elétricos, diversões etc. – se fazia através de jornais como **Última Hora**, **Diário da Noite**, **A Notícia**, **O Dia** e **Luta Democrática**.⁹³

Como consequência direta da expansão publicitária, desde 1945 o preço dos jornais havia se tornado inferior ao custo de produção, permitindo assim uma circulação mais ampla, mas criando uma situação

⁹¹ Idem.

⁹² Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.171.

⁹³ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.175.

perigosa para os jornais que não conseguissem atrair uma quantidade suficiente de publicidade. Isso levou alguns jornais cariocas à falência. A publicidade – afirma André des Hons – foi talvez o maior fator de concentração na imprensa carioca.⁹⁴

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, uma diferenciação começou a se operar entre os jornais de classe média e alta e os jornais populares, no que tange à distribuição da receita publicitária. Os jornais populares foram gradativamente se beneficiando menos destas verbas, em razão do fraco poder aquisitivo de seus leitores. Conforme a análise de André des Hons, isso teria levado tais veículos a apostar cada vez mais no sensacionalismo como um jornalismo de custo menor. Desta forma, apesar de **O Dia** ser o jornal de maior tiragem em 1970, seguido por **O Globo** e o **Jornal do Brasil**, em termos de faturamento a posição dos três veículos era inversa.⁹⁵

André des Hons associa a ênfase no sensacionalismo, no caso dos jornais populares, a uma questão mercadológica. Sem tirar a razão de sua análise, convém aqui demarcar que, no caso de jornais como **O Dia** e a **Luta Democrática**, o sensacionalismo que os acompanhava desde a sua fundação objetivou, originalmente, não só a conformação de um público leitor, mas também a construção de apoio para determinadas lideranças políticas. Nesta estratégia, o sensacionalismo vinha associado a outros fatores – como promoções e práticas assistencialistas – movidos por evidentes interesses políticos, de penetração nas camadas populares.

2.4. O Dia, Última Hora e Luta Democrática: a filiação política dos jornais e sua atuação na construção do apoio popular

A partir de 1945, com a redemocratização do regime, e enquanto durou a liberdade, interrompida pelo golpe militar de 1964, a imprensa desempenhou um importante papel na vida política nacional. Com os

⁹⁴ André de Séguin des Hons, op.cit., pp.52-53.

⁹⁵ Ibid., p.50.

rumos do País sendo novamente decididos através do voto, os jornais eram peça fundamental na formação da opinião pública. Tal potencialidade ganhou especial relevo no quadro eleitoral que então se desenhou, com o peso que passaram a representar as classes trabalhadoras. A emergência decisiva do novo ator político obrigou à transformação da forma de atuação dos partidos, que deveriam tornar-se partidos de massa.⁹⁶

No Rio de Janeiro do segundo governo Vargas, centro político e administrativo da Nação, os jornais participavam ativamente dos embates partidários, embora fossem poucos os periódicos ligados diretamente a agremiações políticas. Os jornais *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e *A Classe Operária* estavam vinculados ao PCB. Outros pequenos jornais políticos apoiaram partidos, como foi o caso de *O Popular* em relação ao Partido Socialista Brasileiro.⁹⁷

No período entre 1950 e 1954, entre os representantes da grande imprensa, a maioria se manteve contra Vargas e pró-UDN. Como observa o jornalista Villas-Bôas Corrêa:

*“Aqui no Rio, a maioria esmagadora da imprensa era udenista. O único jornal petebista de que eu me lembro, aqui, era O Radical. Depois veio a Última Hora, já no segundo governo do Getúlio. Mas o Diário Carioca era udenista, o Correio da Manhã era udenista, o Diário de Notícias era udenista... O Jornal às vezes era udenista, às vezes pessedista, porque o Assis Chateaubriand fazia o jogo do interesse.”*⁹⁸

Orientado para um público de maior poder aquisitivo (a alta burguesia e a classe média alta), o *Correio da Manhã*, jornal liberal e combativo, apoiou em 1945 e também em 1950 a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN. O jornal fez forte oposição ao segundo governo Vargas: foi a favor do Manifesto dos Coronéis, fez

⁹⁶ Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op.cit., pp.277-278.

⁹⁷ André de Séguin des Hons, op.cit., pp.92-95.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.64-65.

⁹⁸ Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *Crônica política do Rio de Janeiro*, op.cit., p.46.

violentas críticas ao aumento de 100% do salário mínimo e apoiou o inquérito policial militar instaurado pela Aeronáutica para apurar o atentado contra Carlos Lacerda em agosto de 1954. Após a posse de Café Filho, Paulo Bittencourt – proprietário do **Correio da Manhã** – sugeriu o nome de Eugênio Gudim para a pasta da Fazenda, sendo prontamente atendido. Fato que demonstra a influência política do diário, que entre 1952 e 1955 manteve sua tiragem em torno dos 70 mil exemplares.⁹⁹

O **Diário de Notícias**, fundado em 1930 por Orlando Dantas, havia adquirido prestígio durante o Estado Novo como órgão de resistência à ditadura e como veículo de expressão de intelectuais de oposição. Foi um dos poucos a resistir às pressões políticas e econômicas do governo autoritário, o que o levou a uma grave crise financeira. O jornal apoiou Eduardo Gomes em 1950. Com a vitória de Vargas, reassumiu imediatamente seu lugar na oposição. Durante a crise de agosto de 1954, engajou-se na campanha pela renúncia do presidente, qualificado pelo jornal, em editorial do dia 20, como “protetor dos criminosos”. Foi no período um dos matutinos de maior tiragem, entre 50 e 60 mil exemplares. Circulava sobretudo entre a classe média – lido por funcionários, professores e militares – com ligeira penetração na elite.¹⁰⁰

O **Globo**, de Roberto Marinho, era um dos vespertinos de maior circulação na cidade, com uma média de 110 mil exemplares entre 1951 e 1954 e leitores principalmente nas classes média e alta, embora com expressão também entre as camadas populares. Assumiu sempre uma posição visceralmente anti-comunista. Durante o segundo governo Vargas, **O Globo** empreendeu uma violenta campanha contra a Petrobrás, cuja criação foi aprovada pelo congresso em 1953. Foi contra o decreto presidencial que limitava a 10% a remessa de lucros pelas

⁹⁹ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.63 e 68-70.

¹⁰⁰ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.89-90.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.1848-1851.

empresas estrangeiras, contra o aumento de 100% do salário mínimo e contra a Instrução número 70 da SUMOC.

Durante a campanha movida contra a **Última Hora**, Roberto Marinho chegou a ceder a Rádio Globo para os discursos de Carlos Lacerda. A oposição a Vargas durante a crise de agosto de 1954 fez com que sua sede e caminhões de entrega do jornal fossem apedrejados após o suicídio do presidente. Em seguida **O Globo** apoiou Café Filho, por sua proximidade com a UDN.¹⁰¹

O **Diário Carioca** era um jornal visceralmente político. “A política é o centro principal de atração desse jornal”, definia o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953.¹⁰² Assim como o **Diário de Notícias**, tinha no anti-getulismo sua marca registrada. Sempre foi um jornal pequeno (entre 1951 e 1954 sua tiragem esteve em torno dos 40 mil exemplares), mas muito influente.

Foi o pioneiro na modernização do jornalismo carioca e um dos grandes renovadores da linguagem da imprensa brasileira. O processo reformador foi comandado pelo jornalista Roberto Pompeu de Souza Brasil, conhecido simplesmente como Pompeu de Souza e um dos fundadores da UDN. Os principais leitores do matutino eram os funcionários públicos. Por isso, foi criada a coluna *O dia do barnabé*, que trazia informações sobre o funcionalismo.¹⁰³

No momento da sucessão de Dutra, o **Diário Carioca** havia apoiado a candidatura de Cristiano Machado, pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo também se aproximado do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN. Com a vitória de Vargas, passou a fazer intensa oposição ao governo. Participou da campanha contra a **Última Hora** e apoiou a proposta de *impeachment* levantada pela UDN, bem como o Manifesto dos Coronéis, também em 1954.¹⁰⁴

¹⁰¹ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.92-94.

¹⁰² Anuário Brasileiro de Imprensa, op.cit..

¹⁰³ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.63 e 109-115.

¹⁰⁴ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.1842.

O **Jornal do Brasil** dos anos de 1951 a 1954 ainda não havia passado pela reforma que marcaria a história do jornalismo brasileiro. Era então um matutino de expressão, embora sua circulação tenha decaído no período, de 60 mil exemplares em 1951 para 40 mil em 1954. Era ainda “o jornal do pequeno anúncio de classificados”, conforme a descrição do *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953, que o definia também como “o matutino católico do Rio de Janeiro”.

O jornal, que nas eleições presidenciais havia demonstrado discreta simpatia por Eduardo Gomes, manteve ao longo do governo Vargas sua posição moderada. O **Jornal do Brasil** não participou das campanhas radicais em torno da presidência de Getúlio. Condenou o atentado da Toneleros e reprovou o chamado “mar de lama”, mas não se pronunciou a favor do *impeachment* do presidente nem encampou as denúncias de Carlos Lacerda.¹⁰⁵

Havia veículos estatais, como **A Noite**, que assumiam, obviamente, uma posição favorável ao governo. No extremo oposto estava a **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, pequeno em tiragem (sua média no período é de 30 mil exemplares) porém contundente no ataque a Getúlio e na defesa das posições udenistas. Ao longo da década de 1950, teve um papel decisivo em enfrentamentos políticos. Na verdade, ao longo do governo Vargas, a **Tribuna da Imprensa** capitaneou a oposição. Por ocasião do suicídio de Vargas, a tensão desencadeada por seus editoriais fez com que populares tentassem empastelar sua redação.¹⁰⁶

Já alguns jornais eram muito instáveis quanto às suas posições políticas. Esse era o caso do vespertino **O Mundo**, que vinha, desde 1947, se arrastando com tiragens pequenas e mudando de orientação várias vezes em função das negociatas de seu proprietário, Geraldo Rocha. O mesmo ocorria, em menor grau, com os veículos dos **Diários Associados**, então a maior cadeia de comunicação da América Latina e

¹⁰⁵ Ibid., p.2869.

¹⁰⁶ Luiz Vitor Tavares de Azevedo, Carlos Lacerda e o discurso de oposição na **Tribuna da Imprensa**, Niterói, UFF, 1988.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.138-146.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.5791-5792.

cujos jornais de maior expressão no Rio de Janeiro eram o matutino **O Jornal** e o vespertino **Diário da Noite**.¹⁰⁷

Apesar de manter algumas posições ideológicas básicas – como o anti-comunismo, por exemplo – os **Diários Associados** variavam seu posicionamento segundo os jogos e barganhas de Assis Chateaubriand.¹⁰⁸ Como afirma José Nilo Tavares: “Antivarguista, jamais romperia definitivamente com Vargas; pessedista, manteria sempre relações cordiais com os udenistas; oposicionista, manter-se-ia sempre nos limites do respeito ao governo federal”.¹⁰⁹

Durante o segundo governo Vargas, a atuação de Assis Chateaubriand como senador foi marcada pela pregação antinacionalista, confrontando a política do presidente. Sua postura de oposição a Getúlio foi aprofundada ao longo de 1954, quando a cadeia dos **Diários Associados** engajou-se inteiramente na campanha de denúncias contra a **Última Hora**, encampando ainda as subseqüentes pressões para a deposição de Vargas.¹¹⁰

Embora o engajamento político fosse uma forte marca do jornalismo da época, e embora determinados jornais tivessem penetração junto às classes populares, não havia – até o surgimento de **Última Hora** e **O Dia** em junho de 1951 – diários que se dedicassem, de forma intensiva, à conformação de um eleitorado para uma liderança específica. Talvez a exceção sejam os jornais do PCB, cuja circulação, no entanto, era pequena.

O engajamento político dos jornais no período é descrito por Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman como “jornalismo de facção”, uma vez que não havia, entre a maior parte dos jornais e os partidos da época, qualquer relação necessária de correspondência, embora pudesse haver claras simpatias. Os autores chamam a atenção,

¹⁰⁷ Em 1952, os **Diários Associados** reuniam 28 jornais, uma agência de notícias e 3 revistas, sendo uma delas **O Cruzeiro**, a de maior tiragem no País. O grupo possuía ainda 19 emissoras de rádio e duas estações de televisão.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.75.

Jacques A. Wainberg, *Império das palavras*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.

¹⁰⁸ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.65.

¹⁰⁹ Citado em Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.78.

também, para o fato de que a intervenção pública dos jornais variou conforme o grau de profissionalização e de empresariamento de cada jornal. Mesmo em um momento de radicalização política, como foi a crise de agosto de 1954, o posicionamento dos jornais foi resultado também da forma de inserção destes num mercado jornalístico em evolução, um mercado ao mesmo tempo econômico e político.¹¹¹

Os jornais **Última Hora**, **O Dia** e partir de 1954 o **Luta Democrática** – todos vinculados a lideranças políticas, mas não a partidos – nascem da necessidade destes políticos de reforçarem sua base de apoio junto às massas populares. O formato editorial destes veículos espelha esta intenção, mas abre-se também à tentativa de falar com outros grupos, como as camadas médias da população. A ênfase numa atitude reivindicatória forjará sua identificação com o público, e o elogio à atuação de Vargas, Ademar de Barros, Chagas Freitas e Tenório Cavalcanti – de acordo com o jornal em questão - tentará empreender a transformação do leitor em eleitor destes nomes. Os jornais **Última Hora**, **O Dia** e **Luta Democrática** foram criados para servir como base de sustentação das máquinas partidárias ligadas ao getulismo, ao ademarismo-chaguismo e ao udenismo, respectivamente.

¹¹⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1339.

¹¹¹ Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”, op.cit., pp.48-49.

Última Hora

“– Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião? – perguntou Getúlio.

Respondi que sim, e observei que fora desencadeada a conspiração do silêncio.

– O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar – preveni. – Essa é uma tática normal de oposição, e a mais devastadora.

Ele andava de um lado para outro. De repente, parou e me disse sete palavras que seriam a senha para abrir-me as portas da grande aventura:

– Por quê tu não fazes um jornal?”¹¹²

“A imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder”. Segundo Samuel Wainer, esta frase – dita por ele a Vargas durante a campanha eleitoral em 1950 – teria despertado no presidente a consciência sobre a importância dos jornais junto à opinião pública. Embora tivesse saído vitorioso das urnas, já nos primeiros dias de governo Getúlio percebeu os efeitos que poderiam ter a “conspiração do silêncio” da imprensa contra ele. Fato tantas vezes negado por Wainer durante a CPI instalada em 1953, foi Vargas quem sugeriu ao jornalista a criação da **Última Hora**.¹¹³

Uma carta de Salgado Filho¹¹⁴ a Getúlio, datada de 8 de fevereiro de 1950, e portanto em pleno momento das complicadas articulações em torno das alianças políticas para a campanha presidencial, registra a já existente preocupação de Vargas quanto à necessidade de um órgão de imprensa que fizesse a sua defesa. Colocando-se contra a criação de um veículo oficial do PTB, Salgado Filho defendia o apoio a **O Radical**, que

¹¹² Samuel Wainer, op.cit., p.126.

¹¹³ Ibid., pp.125-130.

¹¹⁴ Joaquim Pedro Salgado Filho foi ministro do Trabalho entre 1932 e 1934, deputado federal de 1935 a 1937, integrou o Superior – então Supremo – Tribunal Militar de 1938 a 1941, foi ministro da Aeronáutica entre 1941 e 1945 e senador pelo PTB, de 1947 a 1950. Em 1950 foi um dos principais articuladores das alianças políticas em torno da candidatura de Vargas. Faleceu em julho daquele ano. [Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.5207-5209.]

naquele momento constituía-se como sociedade anônima e desejava ter a assinatura de Vargas encabeçando a lista de subscrições¹¹⁵:

*“Sobre o caso de que me fala em sua última carta, preciso de logo asseverar que o **Radical**, quer na fase do Rodolfo, nosso saudoso amigo, quer sob a direção do Galvão, nunca lhe faltou com seu sincero apoio. Mesmo durante as crises terríveis por que tem passado o jornal, carecendo do amparo do Governo e seus amigos, jamais deixou de realçar os seus serviços quando à frente dos destinos do País. Até hoje não vi o menor desvio desta linha de conduta. Tenho me expressado sempre contra um jornal do Partido, mesmo oficioso. Criaria descontentamentos até entre os próprios correligionários e traria graves encargos, sobretudo em se lhe atribuir a co-autoria nos apertos a bolsas de amigos. Não esqueça os dissabores já ocasionados pela **Democracia**¹¹⁶, o jornal bem entendido... e as despesas inúteis que acarretou, e quanta margem deu para ser arrancado o dinheiro alheio. Acresce que um jornal novo não terá influência na massa, que é o que nos interessa, e estou convencido que não poderá subsistir, sem muitos sacrifícios pecuniários, dando margem a acusações dolorosas a companheiros nossos. Penso, pois, que é muito mais conveniente um jornal alheio, onde tenhamos a defesa de nossas atitudes, com muito mais efeito na opinião pública do que se fosse elaborado por nós mesmos.”¹¹⁷*

A relação entre Wainer e Getúlio teve início em 1949, quando em viagem ao Rio Grande do Sul o repórter dos **Diários Associados**, de Assis Chateaubriand, conseguiu a histórica entrevista em que o ex-ditador afirmava que voltaria, “mas como líder de massas, e não de partidos”. A declaração, publicada em **O Jornal** em 3 de março, fez triplicar sua tiragem naquele dia. A partir disso, Assis Chateaubriand decidiu designar

¹¹⁵ Vargas atendeu ao pedido, como registra a carta de agradecimento de Georges Galvão, diretor de **O Radical**, enviada poucos dias depois, em 15/02/1950: Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1950.02.15, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

¹¹⁶ O jornal **Democracia** surgiu na fase final do Estado Novo, no momento da reorganização dos partidos. Com uma orientação nitidamente getulista, o jornal foi comprado pelo PTB no início de 1947, passando a fazer ampla propaganda do partido e alimentando a expectativa do retorno de Vargas. Convivendo com uma situação financeira difícil, foi fechado em novembro desse mesmo ano. Ver em Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Ática, 1989, p.51. Ver também em Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.6047.

¹¹⁷ Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1950.02.08/1, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Grifo meu.

Wainer para a cobertura da campanha de Getúlio, de resto totalmente desprezada pela imprensa. O silêncio da imprensa em relação à campanha, aliás, obrigou Vargas a lançar mão de caminhões equipados com alto-falantes e volantes impressos para divulgar seu programa de governo.¹¹⁸

Última Hora foi fundada em 12 de junho de 1951. O primeiro número chegou às bancas com uma carta de Getúlio a Wainer, publicada na primeira página. A mensagem havia sido encomendada por Wainer e, conforme ele descobriria depois, na verdade foi escrita em parte por Lourival Fontes, chefe da Casa Civil.¹¹⁹ No texto, o presidente dizia receber com “*satisfação a notícia do aparecimento de um novo jornal, para cuja orientação elevada e patriótica o espírito de seu fundador constitui garantia eficiente e motivo bastante de confiança e contentamento*”.¹²⁰

Com o jornal, Vargas pretendia romper o cerco da grande imprensa contra seu governo e estabelecer um novo canal de comunicação, ou propaganda, com as massas.¹²¹ Como afirmaria Wainer mais tarde, o vespertino “nasceu estritamente de uma posição política”: “era um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”.¹²² O objetivo, segundo o proprietário, era romper com “a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”.¹²³

A **Última Hora** defendia o trabalhismo, mas não era um veículo do PTB.¹²⁴ O *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953 definiria o vespertino:

¹¹⁸ Samuel Wainer, op.cit., pp.113-114.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.5829.

Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”, op.cit., p.28.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.120-121.

¹¹⁹ Samuel Wainer, op.cit., p.142.

¹²⁰ **Última Hora**, 12 de junho de 1951.

¹²¹ Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”, op.cit., p.29.

¹²² Entrevista de Samuel Wainer, CPDOC 673, CPDOC/FGV, p.1.

¹²³ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.5829.

¹²⁴ Sonia Joia Bezerra, op.cit., p.35.

“Politicamente só tem um partido, Getúlio Vargas”. Em sua edição do ano seguinte, a publicação reafirmaria que o jornal havia sido feito “para propaganda política do Sr. Getúlio Vargas” e que “não foi um partido político que o fundou, mas um grupo que acompanhava a política do presidente da República”.¹²⁵

O presidente intervinha diretamente no conteúdo da *Última Hora*, como admitiu Wainer em depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. “Getúlio interferia como se fosse o seu jornal”, afirmou ele.¹²⁶ O depoimento de Lourival Fontes, chefe do Gabinete Civil de Getúlio, durante a CPI, trouxe à luz alguns bilhetes de seu arquivo contendo instruções de Vargas:¹²⁷

“Dizer ao Wainer que o número do jornal dele, que li hoje, só tratava de esporte. Nada havia para alentar ao povo e ao Congresso, bem como as informações sobre a entrada de gêneros, aumento de transportes etc, a fim de desfazer a campanha adversária que o governo está parado. E argumentar com o que está sendo feito. O programa deste ano é o equilíbrio orçamentário, sem o qual não poderá haver o barateamento da vida.”¹²⁸

O arquivo de Vargas no CPDOC guarda bilhetes enviados por Wainer ao presidente, como este datado de 1951, em que o jornalista se defende:

“Presidente, boa noite,
acabo de receber um vasto “pito” do Lourival. Mas, o estrilo é imerecido. Os assuntos de que tratamos sábado – tribunais populares e a Ordem dos Advogados, equilíbrio orçamentário e o Congresso, ofensiva dos tubarões contra

¹²⁵ Anuário Brasileiro de Imprensa, RJ, PN, 1953 e 1954.

¹²⁶ Depoimento de Samuel Wainer ao CPDOC/FGV em 23/07/1978. Citado em Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.123.

¹²⁷ Durante o Estado Novo, Lourival Fontes foi diretor do DIP e, no segundo governo Vargas, chefe do Gabinete Civil. Entretanto, seu relacionamento com Wainer não era bom e ele acabou favorecendo Lacerda no processo contra a *Última Hora*.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., 123.

¹²⁸ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.5831.

a CCP – estão sendo preparados e deverão começar a ser publicados quarta-feira. Asseguro-lhe que o senhor terá boa surpresa, pelo menos melhor que a dos tubarões... Por outro lado, o jornal que o senhor viu hoje pela manhã é a edição esportiva de segunda-feira. Na edição da tarde – chamo a atenção do senhor para a entrevista do Garcez – a impressão já deve ter melhorado. De qualquer forma confesso ao senhor que estou impressionado com a rigidez de meu “redator-chefe”. O senhor não está tão fora de forma como diz... E se isto vai me roubar algumas horas de sono, muito mais sono vai roubar de meus redatores.

*Abraça-o afetosamente o profeta fracassado, Wainer.”*¹²⁹

Em outro trecho de suas orientações à **Última Hora**, Vargas acrescentava que “os jornais da oposição, principalmente o **Diário Carioca** e os do Ademar, timbram em atribuir ao governo os desastres da Central. É preciso tomar a sério a defesa deste, através da **Última Hora**. Mostrar que a eletrificação da Central ficou parada, nada se adquiriu no governo passado. Tudo está velho, gasto e suportando um peso superior às suas possibilidades. O governo atual está procurando melhorar a situação dos transportes em geral. Falar nos trabalhos da Comissão Mista, reaparelhamento geral das estradas de ferro, dos portos de navegação. O diretor da Central vem pleiteando junto à Comissão Mista que se dê prioridade ao fornecimento de novas unidades elétricas para o transporte suburbano. O chefe do governo está empenhado neste sentido e tomando providências com brevidade possível”.¹³⁰

A missão da **Última Hora** era divulgar uma imagem positiva do governo de Vargas. Grande parte deste esforço estava ancorado no tema do trabalhismo, e assim o jornal abria espaço para as questões relativas à vida dos trabalhadores. As reivindicações populares representavam grande parte das manchetes de primeira página. Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, a **Última Hora** abriu espaço para a “gente que lotava o trem da Central e preenchia as vagas do mercado de trabalho abertas

¹²⁹ Arquivo Getúlio Vargas, documento GV c 1951.00.00/52, RJ, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

¹³⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.5831. Grifo meu.

pelo Programa de Reparcelamento Econômico: os "marmiteiros", desdenhados por parte da elite econômica que, àquela altura, via nas conquistas sociais o canto do cisne de sua tranquilidade econômica".¹³¹

Nas palavras de Wainer, era um jornal "a favor de um governo, mas este era um governo que representava a tendência popular".¹³² **Última Hora**, afirma o jornalista, tinha sido fundada para "apoiar um movimento popular".¹³³ Recorrente nos trabalhos sobre a **Última Hora**, a seguinte citação das memórias de Wainer explica o tom do jornal:

"Inventei o chamado "Muro das Lamentações": a cada fim de semana, uma viatura da Última Hora, levando um fotógrafo e um repórter com a sua máquina de escrever, instalavam-se numa das praças do Rio de Janeiro e recolhia as queixas da população. "Minha torneira não funciona", "falta luz na minha rua", coisas do gênero. Publicávamos aquilo com destaque, os leitores adoravam. Certa vez, o Evaldo Lodi me fez uma observação curiosa:

-- Você é mesmo um grande filho da puta -- disse-me rindo -- é o único jornalista capaz de fazer um jornal que é capitalista no primeiro caderno e comunista no segundo.

*Para Lodi, um típico industrial paulista daqueles tempos, reivindicações populares e comunismo eram praticamente a mesma coisa."*¹³⁴

Conforme a análise de Sonia Joia Bezerra, embora Lodi estivesse realmente equivocado quanto ao caráter comunista de **Última Hora**, a observação revela uma característica fundamental do jornal. Ao mesmo tempo que se voltava para os setores populares, **Última Hora** dirigia-se também às classes médias, aos industriais e comerciantes e à intelectualidade.¹³⁵ Segundo Wainer, "sendo um jornal de linha popular e de linha nacionalista, que era a posição getulista, e sendo a posição nacionalista uma posição que alcançava outras classes, outras áreas da elite brasileira, e não apenas a popular, tivemos que fazer um jornal de

¹³¹ Ana Maria de Abreu Laurenza, op.cit., p.53.

¹³² Entrevista de Samuel Wainer, op.cit., p.1.

¹³³ Ibid., p.2.

¹³⁴ Samuel Wainer, op.cit., p.150-151.

¹³⁵ Sonia Joia Bezerra, op.cit., p.13.

*bom nível intelectual. Um jornal que buscasse o apoio das elites, inclusive a elite popular (...). Então isso me levou a uma mobilização, do que era possível da melhor qualidade do jornalismo brasileiro, na época".*¹³⁶

A **Última Hora**, continua o jornalista, tinha que "atender a sua posição nacionalista, que era uma posição de elite, e de outro lado atender à sua posição popular, que era de reivindicação. (...) Então na frente era um caderno altamente intelectualizado, altamente politizado, e atrás era o caderno da reivindicação. Coisa nova na imprensa brasileira (...) porque os jornais ou eram elitistas ou eram populares, não eram as duas coisas".¹³⁷

Ainda segundo Laurenza, a **Última Hora** tinha agilidade editorial: "Mesclava assuntos como condições de vida na cidade, relação entre política econômica e a vida do trabalhador. Dava espaço para a reivindicação sindical, a ficção, as "certinhas" do teatro rebolado. Fofocas sobre artistas, o it e o charme da zona sul do Rio de Janeiro. As manifestações culturais que desciam o morro, um local ainda aprazível e romântico, e a roda de samba do subúrbio. Enfim, uma coletânea de assuntos que agradava a classe média urbana, pronta para consumir bens materiais e culturais".¹³⁸ Gisela Goldenstein também acentua o caráter policlassista da mensagem da **Última Hora**, situando o jornal entre as demandas do populismo ao qual servia e os recursos oferecidos pelas modernas técnicas da indústria cultural.¹³⁹

A **Última Hora** foi um jornal bem-sucedido comercialmente. Em 1952 já apresentava uma tiragem de 70 mil exemplares. Segundo os dados do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, em 1954 a **Última Hora** tinha uma tiragem diária de 92 mil exemplares, contra os 110 mil de **O Globo** e os 95 mil de **A Notícia**, entre os vespertinos de maior tiragem. No mesmo ano, entre os matutinos de maior circulação estavam **O Dia**, com 90 mil exemplares, e o **Correio da Manhã**, com 72 mil exemplares.

¹³⁶ Entrevista de Samuel Wainer, op.cit., p.3.

¹³⁷ Ibid., pp.3, 4 e 6.

¹³⁸ Ana Maria de Abreu Laurenza, op.cit., pp.120-121.

¹³⁹ Gisela Goldenstein, op.cit., pp.43-44.

Para além de toda a importância que teve na história política nacional, a **Última Hora** entrou para a história da nossa imprensa como um dos principais veículos da década de 1950. Vale citar aqui a análise de Ana Paula Goulart Ribeiro, em sua tese sobre a modernização dos jornais no período:

*“Segundo critérios estritamente jornalísticos, o jornal de Wainer talvez tenha sido o que mais contribuiu para a renovação da imprensa brasileira. Suas inovações técnicas – incorporadas a curto ou médio prazo pela maioria dos jornais do Rio de Janeiro e do País – iam desde o aspecto gráfico e o conteúdo redacional até as estratégias empresariais. Wainer inovou (na diagramação, no uso da cor e da fotografia, no conteúdo redacional e nas estratégias administrativas) e ressuscitou fórmulas antigas (como o folhetim, a caricatura e o colunismo), que haviam em outras épocas garantido o êxito de muitas publicações. A **Última Hora** deu início a um tipo de imprensa popular de qualidade que não existia no Brasil.”¹⁴⁰*

O impacto da **Última Hora** é evidenciado pelo comentário da revista **Publicidade e Negócios**, em 1956:

“A revolução inflamada por Última Hora envolveu, de modo geral, toda a imprensa adulta do País. A fim de poder fazer face ao concorrente novo que entrava tão impetuosamente no mercado jornalístico, vários órgãos da imprensa se aparelharam e melhoraram a apresentação e distribuição. Há quem diga que esse passo de progresso, mais dia menos dia, seria dado. O fato é que o aparecimento de Última Hora foi decisivo para que ele se realizasse imediatamente.”¹⁴¹

Samuel Wainer montou uma estrutura empresarial bastante avançada para a época e lançou mão de estratégias até então inéditas na

¹⁴⁰ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.123.

Sobre as contribuições técnicas da **Última Hora** para a renovação da imprensa brasileira, ver o trabalho de Theodoro de Barros, “A imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950” IN: A Última Hora de Samuel – Nos tempos de Wainer, RJ, ABI/Copim, 1993.

¹⁴¹ Citado em Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.123.

imprensa brasileira. Criou, por exemplo, um departamento de promoções, que procurou estimular a circulação do jornal através de sorteio de brindes, concursos, festivais populares e publicidade em *out-doors*. Criou também um departamento de circulação, dinamizando um dos setores problemáticos da indústria jornalística: a distribuição. Com uma frota própria de veículos e roteiros de entrega estudados, a **Última Hora** empreendia uma verdadeira corrida para chegar às bancas antes que seus concorrentes.¹⁴²

Com todas essas modernizações, a **Última Hora** transformou-se, em tempo recorde, num dos principais veículos de publicidade do País. “A **Última Hora**, portanto,” – conclui Ana Paula Goulart Ribeiro em sua tese – “apesar de toda a sua ligação com o governo (primeiro Getúlio, depois JK e Jango) não era um jornal sustentado pelo Estado. Possuía uma estrutura empresarial moderna e a publicidade era também um fator com grande peso nas suas receitas. O jornal, aliás, sobreviveu à crise de 1953 e à morte de Getúlio, tendo inclusive resistido ao período Café Filho, quando seus inimigos políticos estavam no poder”.¹⁴³

Samuel Wainer sublinhou, em depoimentos, a confluência entre a força jornalística e a força política da **Última Hora**:

“Nós estávamos vinculados até ao útero do Getúlio. E pagamos o preço por isso. Nós devíamos ter nos suicidado também. Aí você me pergunta por que nós não nos suicidamos. Porque o nosso instrumento passou a ser melhor do que a mensagem. A verdade é essa. E aí é o meu lado profissional. O meu instrumento, que eu criei, era melhor do que a mensagem que levou um tiro no coração. E o jornal continuou. Tanto era melhor que sobreviveu ao Café Filho, que só tinha um objetivo, que era fechar o jornal através de Lacerda. Tanto era melhor que, com Juscelino, conseguiu se recuperar e se transformar numa cadeia de jornais.”¹⁴⁴

¹⁴² Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.187-189.

¹⁴³ Ibid., pp.187-189.

¹⁴⁴ Depoimento de Samuel Wainer ao CPDOC/FGV em 23/07/1978. Citado em Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.190.

A **Última Hora** apoiou a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência e depois a posse de João Goulart em 1961, sofrendo os percalços da crise do populismo. O golpe de 1964 selou o destino da **Última Hora**, que passou a acumular dificuldades econômicas decorrentes das dificuldades políticas, e acabou sendo vendida por Wainer em 1972:

*“Às 12 horas do dia 21 de abril de 1972, quando saí do escritório de Maurício Alencar, a Última Hora já não era minha. A próxima edição seria rodada nas oficinas do Correio da Manhã, com outra linha editorial, outra equipe, outra alma. Fui para o prédio da Última Hora e convoquei meu pessoal para comunicar-lhe o desfecho de um capítulo importantíssimo da história do jornalismo brasileiro. Depois, sozinho no prédio vazio, dei-me conta de que a minha grande aventura terminara.”*¹⁴⁵

¹⁴⁵ Samuel Wainer, op.cit., p.281.

O Dia

“Não sei como os desafetos julgarão o adversário Chagas Freitas após a trégua da morte. Mas, a serenidade do distanciamento reconhecerá sua singular trajetória na política carioca e fluminense como uma liderança de sólidas raízes populares, que de certo modo antecipou a utilização de técnicas modernas de comunicação e que soube abrir seu espaço com legendária habilidade em compor esquemas que giraram em torno dele.”¹⁴⁶

O Dia foi fundado por Antônio de Pádua Chagas Freitas, em 5 de junho de 1951. Chagas Freitas, líder do Partido Social Progressista (PSP) no Rio de Janeiro, era então co-proprietário de **A Notícia**, ao lado de Ademar de Barros, líder nacional do partido. Ademar de Barros e Chagas Freitas utilizavam **A Notícia** para garantir as bases da candidatura do primeiro à presidência da República nas eleições de 1955.¹⁴⁷ Assim como a amizade entre Samuel Wainer e Getúlio Vargas, a relação entre Chagas e Ademar teve início quando o jornalista foi fazer uma reportagem com o político paulista, então interventor federal em São Paulo, em 1938.¹⁴⁸

Com a crise do Estado Novo e a reorganização dos partidos em 1945, Chagas Freitas integrou o grupo ligado a Ademar de Barros que ingressou na UDN, aglutinadora da oposição liberal ao regime de exceção. Ainda naquele ano, Ademar de Barros deixou a UDN para fundar o Partido Republicano Progressista (PRP). Em 1946, a fusão do PRP com duas pequenas agremiações, o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional, deu origem ao Partido Social Progressista, em cuja legenda Ademar de Barros seria eleito governador de São Paulo em janeiro de 1947. No Rio de Janeiro, Chagas Freitas, que havia sido

¹⁴⁶ Villas-Bôas Corrêa, “O mestre do realismo” IN: **Jornal do Brasil**, 01/10/1991. Citado em Carlos Eduardo Sarmento, A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública, XXIII Encontro Anual da ANPOCS, pp.10-11.

¹⁴⁷ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.1838-1839.

¹⁴⁸ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.2376. Chagas Freitas trabalhava então no jornal **A Tarde**.

nomeado promotor em 1945¹⁴⁹, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro, em agosto de 1946. Por insistência de Ademar, desligou-se do PSB, passando a atuar como um dos principais articuladores do PSP na Capital Federal.¹⁵⁰

“*Embutida na nova legenda*”, escreve Carlos Eduardo Sarmiento, “*estava a aspiração de Ademar de inicialmente lançar-se candidato ao governo de São Paulo para em seguida consolidar sua candidatura à sucessão de Dutra*”.¹⁵¹ A vitória na eleição para o governo estadual em 1947 parecia confirmar as pretensões ademaristas. “*Sustentando-se em um discurso que mobilizava a opinião pública, simples, direto e cheio de chavões e slogans, Ademar era o símbolo mais evidente do fenômeno da política de massas no Brasil.*”¹⁵²

A aproximação das eleições de 1950, no entanto, demonstraram a inviabilidade de uma aliança política em torno do nome de Ademar de Barros. Assim, em maio de 1950 o PSP iniciou um diálogo entre as principais lideranças petebistas e do qual resultou um pacto: o apoio à candidatura de Vargas naquele ano em troca do comprometimento do PTB com Ademar em sua candidatura à presidência da República em 1955. Dentro da estratégia do PSP, as eleições de 1950 no Distrito Federal assumiram a função de teste da aceitação do ademarismo na principal cidade do País. O próprio Ademar tentou lançar-se candidato a senador pelo Distrito Federal, mas foi vetado pela Justiça Eleitoral.¹⁵³

Chagas Freitas integrou a chapa do partido para a Câmara dos Deputados e Mozart Lago, presidente regional do PSP, assumiu a candidatura ao Senado. O trabalho de Carlos Eduardo Sarmiento sobre a trajetória política de Chagas Freitas demarca a importância para o PSP destas candidaturas naquele momento, visto que a capital tinha seu

¹⁴⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.2376
Chagas Freitas se diplomou em 1935 pela Faculdade Nacional de Direito, atual Faculdade de Direito da UFRJ.

¹⁵⁰ Ibid., pp.2376-2377.

¹⁵¹ Carlos Eduardo Sarmiento (org.), Chagas Freitas. RJ, FGV/ALERJ, 1999, p.30.

¹⁵² Ibid., p.31.

¹⁵³ Ibid., p.32.

desempenho político político-institucional marcado pela forte interferência dos poderes Executivo e Legislativo federais:

*“Vitrine da nação e principal palco da atividade política nacional, o Rio de Janeiro tinha sua atividade política de caráter local posta sob o controle das arenas políticas de caráter federal. Além de cercear a livre atuação das forças políticas cariocas, tal sistema gerava uma complexa rede de inter-relações entre as lideranças políticas cariocas, a presidência da República e o Senado. Desenvolviam-se assim estratégias conjunturais que, contando em grande parte com o poder de negociação centrado no Senado Federal, oscilavam entre o favorecimento das forças políticas locais e o extremo oposto, ou seja, sua submissão à ação interventora do Executivo federal através do prefeito.”*¹⁵⁴

Mozart Lago conquistou a segunda vaga ao Senado pelo Distrito Federal. Já Chagas Freitas foi derrotado em sua primeira experiência como candidato a um cargo eletivo. Foi superado pelo médico e deputado Benjamin Farah por uma diferença de 29 votos e obteve apenas a primeira suplência, uma vez que o PSP atingiu um coeficiente eleitoral suficiente para eleger apenas um deputado federal. Imediatamente após a divulgação dos resultados oficiais da apuração, Chagas Freitas e Ademar de Barros passaram a adotar uma nova estratégia para a viabilização do projeto político do PSP. Conforme escreve Sarmiento, *“os dois perceberam que o controle de um meio de comunicação e de formação de opinião desempenharia um papel fundamental para a consolidação do PSP e para a futura candidatura presidencial de seu principal expoente. Assim, no fim de outubro de 1950, Ademar e Chagas compraram em sociedade o vespertino carioca **A Notícia**”*.¹⁵⁵

Segundo a análise de Sarmiento, a derrota de 1950 teria redefinido a postura de Chagas Freitas enquanto ator político:

“A trajetória política de Chagas Freitas geralmente é associada ao estilo que o caracterizou em suas duas passagens pelo Executivo estadual (Guanabara 1971-1975 e Rio de Janeiro 1979-1983): o de um

¹⁵⁴ Carlos Eduardo Sarmiento (org.), *Chagas Freitas*, op.cit., p.33. Vale lembrar que o prefeito do DF era indicado diretamente pelo presidente da República.

¹⁵⁵ Carlos Eduardo Sarmiento, *Da redação às urnas: o jornal O Dia e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966)*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV (CPDOC-1622f), 1999, pp.1-2.

político pouco afeito à oratória e à polêmica, implacável perseguidor de seus adversários e cioso construtor e gestor de uma máquina política sustentada sobre sólidas relações de patronagem e com um indiscutível caráter patrimonialista. O que a memória tratou de embaçar foi a profunda associação de dependência de Chagas em relação ao voto. Uma relação surgida a partir de um trauma e que se consolidou através do uso estratégico da imprensa de caráter popular.”¹⁵⁶

O jornalista Pedro do Coutto, contemporâneo de Chagas Freitas, comenta em entrevista ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

“Em 1950 ele perdeu por um número mínimo de votos para Benjamin Farah e ficou como primeiro suplente. Mas não desistiu do projeto de unir a imprensa do povão, a imprensa acentuadamente popular, ao seu projeto político-eleitoral – mais eleitoral do que político, porque naquela ocasião ele não tinha uma grande preocupação política. Queria ter um mandato, e o seu jornal agia em função do dono.”¹⁵⁷

Conforme analisa Sarmiento, “*para o candidato recentemente derrotado nas urnas, a alternativa de formar, através de um jornal de grande apelo popular, uma corrente de opinião favorável às vagas propostas reformistas do ademarismo apresentava-se como uma excelente oportunidade de potencializar o capital político do PSP e, conseqüentemente, de consolidar sua própria posição no interior da legenda e frente ao eleitorado carioca*”.¹⁵⁸

A Notícia, fundada em 1894, tinha larga tradição – desde reformulações editoriais feitas em 1938 – como jornal popular e agressivo, marcado pela ênfase em denúncias e no noticiário policial. Pertencia a Cândido de Campos, um respeitado jornalista. A defesa das classes populares e os ataques ao governo, comerciantes e proprietários, no entanto, não faziam d’**A Notícia** um jornal de esquerda. Era simplesmente um jornal de denúncias sensacionalistas, em linguagem popular. As suas

¹⁵⁶ Carlos Eduardo Sarmiento, Da redação às urnas: o jornal **O Dia** e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966), op.cit., p.1. Grifo meu.

¹⁵⁷ Marieta de Moraes Ferreira (coord.), Crônica política do Rio de Janeiro, op.cit., p.145. Grifo meu.

manchetes pesadas (conhecidas como “zincos de **A Notícia**”) ficaram famosas no meio jornalístico, sendo até hoje usadas como recurso gráfico, sobretudo por jornais populares. **A Notícia** teve grande êxito, tornando-se um dos jornais mais vendidos no Rio de Janeiro.¹⁵⁹

Após a morte do principal editor e redator de **A Notícia**, Francisco Otaviano da Silva Ramos, Cândido de Campos desinteressou-se em manter o jornal. Alertado para o fato, Chagas Freitas, que conhecia os principais editores da Capital, encaminhou a Ademar de Barros a proposta para arrematar o vespertino em sociedade, mantendo a mesma linha editorial. **A Notícia** foi comprada por Chagas Freitas em outubro de 1950. A única transformação relevante foi o aumento do espaço dedicado ao noticiário político. Assumindo uma evidente postura pró-Ademar, o jornal veiculava as idéias e projetos do “*grande líder populista*”.¹⁶⁰

O jornal também passou a investir no acompanhamento do Executivo e do Legislativo municipais, na forma de novas seções como *Flagrantes do Monroe* e *Movietone dos Deputados*, já preparando o caminho para a expansão do PSP no Rio de Janeiro. Dentro desse novo quadro, ainda em 1950 o jornal iniciou uma violenta campanha contra o então prefeito nomeado do Distrito Federal, general Ângelo Mendes de Moraes.¹⁶¹ Sarmiento explica a estratégia do vespertino:

“A Notícia resolveu marcar seu ingresso nas discussões políticas elegendo como adversário um líder desgastado e cujo destino parecia selado pela aproximação da data da posse do novo presidente, que certamente o substituiria por alguém do seu círculo de confiança. Esse movimento inicial evidenciava a política editorial que seria adotada pela nova direção do jornal: defesa dos interesses populares e campanhas de

¹⁵⁸ Carlos Eduardo Sarmiento, *Da redação às urnas: o jornal O Dia e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966)*, op.cit., p.3.

¹⁵⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.4118. Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.96.

¹⁶⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.4118. Carlos Eduardo Sarmiento, *Da redação às urnas: o jornal O Dia e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966)*, op.cit., p.3.

A Notícia, 1950-1951.

¹⁶¹ Idem.

denúncia com alvos imprecisos ou dirigidas a atores políticos que se encaminhavam para o ostracismo”.¹⁶²

Assim a revista **Publicidade e Negócios** de outubro de 1950 comentou a troca de proprietário de **A Notícia**:

*“Por muitas vezes assinalamos aqui o crescimento espetacular do vespertino A Notícia, que atingiu, com apenas 8 páginas, 90 mil exemplares de tiragem. À sua frente estava um experimentado jornalista – Cândido Campos. Mas depois de 40 anos de lutas na imprensa, Cândido Campos se retira, passando o jornal a ser dirigido por Antônio Chagas Freitas. Trata-se também de um veterano, ex-redator dos Diários Associados, do Correio da Noite e da Gazeta de Notícias. É político militante, candidato a deputado federal pelo partido de Ademar de Barros. Isso indica que haverá uma mudança na orientação política do vespertino.”*¹⁶³

Nas mãos de Chagas Freitas e seus auxiliares, **A Notícia** aumentou sua tiragem, passando dos 60 mil exemplares registrados em 1949 para 120 mil em 1951.¹⁶⁴ O aumento da circulação atraiu novos anunciantes, muitos interessados também em se aproximar do ex-governador paulista.¹⁶⁵ Em 1951, desejando ampliar seu próprio prestígio político na Capital Federal, Chagas Freitas fundou **O Dia**, aproveitando a estrutura de **A Notícia**. Ambos os jornais visavam atingir um público de baixa renda e tinham um perfil sensacionalista, baseando sua linha editorial em denúncias e crimes. Em maio **A Notícia** já anunciava a criação de **O Dia**. No dia 4 de junho, a primeira página do vespertino trazia o texto “O aparecimento de **O Dia** amanhã”:

“Durante seus 57 anos de vida, a única preocupação de A Notícia foi servir ao povo. Seus principais característicos: a exatidão de suas informações e

¹⁶² Carlos Eduardo Sarmiento (org.), Chagas Freitas, op.cit., p.37.

¹⁶³ Citado em Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.96-97.

¹⁶⁴ André de Séguin des Hons, op.cit., p.234.

¹⁶⁵ Carlos Eduardo Sarmiento, Da redação às urnas: o jornal O Dia e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966), op.cit., p.4.

a independência de suas opiniões. Jornal livre, sem qualquer ligação com partidos políticos, **A Notícia** pôde manter uma linha de bravura tão impressionante que conquistou as multidões, sendo hoje o jornal de maior venda avulsa de todo o país: 130 mil exemplares diários! Isso demonstra que o povo sabe analisar a conduta dos jornais e preferir aqueles que se distinguem pela honestidade e coragem com que zelam pelos interesses coletivos. **A Notícia** é um vespertino. Suas informações cobrem apenas uma parte do dia. A outra parte, a que vai da tarde até a madrugada, é objeto do noticiário dos matutinos. Daí o aparecimento, amanhã, de **O Dia**. Ele terá a mesma conduta de **A Notícia**. Raiará, a partir da próxima alvorada, para servir ao povo desta terra, que fez de **A Notícia** a sua preferida de todas as tardes e que saberá fazer de **O Dia** o seu jornal de todas as manhãs. Tendo em vista a situação grave da economia de nossa gente, as dificuldades atravessadas pelas classes laboriosas, **O Dia** custará apenas 50 centavos, mesmo aos domingos. Conterá toda a vida do mundo, do país e da cidade. E, ao lado disso, a crítica justa, mas implacável, que fez de **A Notícia** a vanguardeira dos ideais e das esperanças do nosso povo. Esse jornal moderno e vibrante que será entregue amanhã aos cariocas.”

Apesar da afirmada isenção política, a filiação ao ademarismo estava explícita desde a primeira página da edição inaugural de **O Dia**. Em uma grande matéria noticiavam-se as homenagens recebidas pelo ex-governador na Universidade de Boston, ocasião em que teria sido saudado como o “criador da saúde pública no Brasil”. Ademar de Barros, apesar de não estar mais exercendo cargo executivo, era o foco central de pequenas e constantes notas que divulgavam sua agenda política e social.¹⁶⁶

As redações e oficinas dos dois jornais estavam instaladas na Avenida Marechal Floriano, no número 45. A administração, a direção e a publicidade funcionavam na Avenida Rio Branco, no número 134. **O Dia** chegou às bancas ao preço de Cr\$ 0,50 e em seu expediente Othon Paulino figurava como diretor, Thássilo Sampaio Mitke como diretor-gerente e Santa Cruz Lima como secretário, cargo que à época

¹⁶⁶ Carlos Eduardo Sarmento, Da redação às urnas: o jornal **O Dia** e as eleições na cidade do Rio de Janeiro (1954-1966), op.cit., pp.5-6.

correspondia à chefia de redação. Até 1954, o nome de Chagas Freitas não aparecia no expediente, embora, como sócio e representante de Ademar de Barros, fosse o dono do jornal.¹⁶⁷

Na esteira da popularidade de **A Notícia**, o lançamento de **O Dia** constituiu um enorme sucesso editorial, como relata Villas-Bôas Corrêa em seu livro de memórias:

“O lançamento de O Dia, o matutino de A Notícia, foi uma revolução no mercado jornalístico. (...) O matutino era a folha que se lia em casa pelos que iniciavam mais tarde a jornada do batente. Leve, escandaloso nas grandes manchetes, com espaço para o noticiário da cidade, os desastres e crimes, o vespertino era vendido nas bancas e pelos jornaleiros pendurados nos estribos dos bondes ou que invadiam os ônibus. (...) Ora, O Dia entrou quebrando louça, na verdade um jornal popular no formato de vespertino, mas que saía às ruas de madrugada, com excelente distribuição que cobria a cidade, chegava aos bairros e subúrbios, até a Zona Rural. Sucesso imediato e estrondoso, vendia como água.”¹⁶⁸

Em 1953 **O Dia** já atingia a marca de 90 mil exemplares, tornando-se o matutino de maior circulação no Distrito Federal. O matutino adquiriu grande penetração nos subúrbios cariocas e na Baixada Fluminense, fato decisivo para a eleição de Chagas Freitas à Câmara Federal em 1954. A partir daí, o jornal tornou-se a base de sustentação da expansão da política chaguista, durante as duas décadas seguintes, servindo como veículo da marca clientelista desta política.

Embora penetrasse também no interior do Estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas, **O Dia** dedicou-se principalmente aos problemas do Grande Rio, apresentando-se como defensor das camadas mais pobres da população. Além de denunciar a alta dos preços dos produtos básicos, o jornal dava ampla cobertura aos eventos policiais e

¹⁶⁷ Cícero Sandroni, 50 anos de O Dia na história do Rio de Janeiro. RJ, Editora O Dia, 2001, pp.20-21.

¹⁶⁸ Villas-Bôas Corrêa, Conversa com a memória, op.cit., p.31. Grifo meu.

explorava acontecimentos estranhos e a patologia social, tecendo relatos sensacionalistas.¹⁶⁹

Na crise política de agosto de 1954, o jornal apoiou a deposição de Vargas e a posse de Café Filho, eleito vice-presidente por indicação de Ademar de Barros. Em 1955, **O Dia** e **A Notícia** estiveram empenhados na sustentação da candidatura de Ademar à presidência da República. No entanto, o líder do PSP enfrentava sérios problemas em seu maior reduto eleitoral. Desde o seu rompimento com Lucas Garcez, que ajudara a eleger governador em 1950, suas duas passagens pela administração do Estado de São Paulo haviam-se tornado alvo de investigações, baseadas em denúncias de corrupção e apropriação de recursos públicos. Neste contexto, Ademar de Barros perdeu a eleição para governador de São Paulo em 1954 para Jânio Quadros.¹⁷⁰

A despeito das dificuldades, que iam dos processos criminais contra a sua gestão à fragilidade da aliança política em torno de seu nome, Ademar de Barros manteve sua candidatura presidencial em 1955. Segundo Sarmiento, o empenho dos dois jornais cariocas foi tão radical que as referências ao líder pessepista chegaram superar o noticiário policial, uma das marcas fortes destes veículos. O vespertino e o matutino dirigidos por Chagas Freitas chegaram a lançar mão de estratégias promocionais, como a divulgação de um disco de canções populares intitulado *A parada musical de Ademar de Barros*. O resultado da eleição, entretanto, colocou o pessedista Juscelino Kubistchek em primeiro, o udenista Juarez Távora em segundo e Ademar de Barros em terceiro.¹⁷¹

Em 1956, Ademar de Barros exilou-se no Paraguai, e posteriormente na Bolívia, para escapar de uma pena de dois anos de reclusão imposta pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob a acusação de malversação dos recursos públicos. Na ocasião, em condições obscuras e controvertidas, Chagas Freitas passou a deter o controle acionário da empresa editora de **O Dia** e **A Notícia**.¹⁷² Quando ainda em

¹⁶⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1839.

¹⁷⁰ Carlos Eduardo Sarmiento (org.), Chagas Freitas, op.cit., p.54.

¹⁷¹ Ibid., pp.55-56.

¹⁷² Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1839.

1956 Ademar de Barros obteve um *habeas corpus* e retornou ao Brasil, o político paulista moveu um processo contra Chagas Freitas, visando a reintegração de posse do jornal. A batalha judicial chegou muitos anos depois ao Supremo Tribunal Federal, que deu ganho de causa a Chagas Freitas.¹⁷³

Além do controle direto sobre **O Dia** e **A Notícia**, Chagas Freitas ocupou durante 14 anos, a partir de 1956, a presidência do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, exercendo grande influência no meio jornalístico. Apesar do rompimento com Ademar de Barros, conseguiu consolidar a sua base eleitoral, sobretudo nos subúrbios cariocas, onde seus jornais tinham maior circulação.¹⁷⁴

Eli Diniz, em seu trabalho sobre o desenvolvimento do chaguismo no Rio de Janeiro, registra que em 1958, quando Chagas Freitas se destacou no PSP como deputado federal mais votado, seus jornais - **O Dia** e **A Notícia** - já detinham um considerável poder de penetração junto às camadas populares. Segundo a autora, “*a existência de uma base política ao nível local, ao lado de uma máquina jornalística já consolidada, voltada para um vasto segmento do público urbano não alcançado pela grande imprensa, constituiriam os alicerces do esquema político articulado, no período pós-64, sob a liderança de Chagas Freitas*”.¹⁷⁵

Em 1962, Chagas Freitas trocou o PSP pelo PSD e concorreu à reeleição na legenda da coligação Frente Popular. Na campanha eleitoral, ele renovou seu tom populista e pragmático, mantendo-se afastado dos acesos debates políticos e ideológicos. Sua coluna diária em **O Dia** e **A Notícia** era pouco permeável às oscilações da conjuntura, tratando, em um estilo simples e direto, de temas como o reajuste das pensões de aposentados e inativos, as dificuldades do funcionalismo público, a necessidade de instituir a aposentadoria aos 30 anos de serviço, o 13^o

¹⁷³ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.98.

¹⁷⁴ Eli Diniz, *Voto e máquina política - patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*, RJ, Editora Paz e Terra, 1982.

Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, op.cit., p.2377.
Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.98.

¹⁷⁵ Eli Diniz, op.cit., p.60.

salário, o aperfeiçoamento e a moralização do sistema previdenciário, o custo de vida e o problema do abastecimento.¹⁷⁶

Segundo Eli Diniz, "*assinando uma coluna diária nesses dois jornais, o futuro líder da corrente chaguista consolidaria um tipo de comunicação com o leitor, que persistiria ao longo do tempo, para além das várias mudanças operadas na conjuntura política nacional*"¹⁷⁷. Esta coluna diária apresentaria como temas "*os itens de uma pauta de demandas multidiferenciada, expressando problemas típicos dos estratos médios e populares urbanos*".¹⁷⁸ No pleito de 1962, no entanto, o debate ideológico entre os candidatos Leonel Brizola, do PTB, e Amaral Neto, da UDN, polarizou o eleitorado carioca, e Chagas Freitas perdeu grande parte dos votos conquistados quatro anos antes.¹⁷⁹

Consciente de que o jornal era sua principal arma eleitoral, Chagas Freitas decidiu melhorá-lo, mantendo, no entanto, a linha editorial populista. A partir da edição de 26 de janeiro de 1964, **O Dia** passou a circular aos domingos com quatro cadernos: o primeiro trazia o noticiário geral; o segundo, as notícias esportivas; o terceiro era o *Caderno Feminino*; e o quarto, o *Caderno de Diversões*. E embora as vendas do jornal continuassem crescendo, **O Dia** não encampou teses populares, mostrando-se omissos, quando não em oposição, às reivindicações da classe operária e à campanha em favor da autonomia sindical. Mesmo dando ampla cobertura às greves na parte final do governo de João Goulart, o jornal não as defendeu. E noticiou o golpe militar apoiando a deposição do presidente da República.¹⁸⁰

Em 1965, com a extinção do pluripartidarismo, Chagas Freitas ingressou no MDB. Durante a ditadura militar, tanto **O Dia** quanto **A Notícia** tiveram um papel decisivo na ascensão do chamado chaguismo, grupo de políticos do MDB (como Átila Nunes, Miro Teixeira, Nelson José

¹⁷⁶ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.1839 e 2377.

¹⁷⁷ Eli Diniz, op.cit.,p.60.

¹⁷⁸ Ibid., p.61.

¹⁷⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., pp.1839 e 2377.

¹⁸⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1839.

Salim e Marcelo Medeiros) aglutinado em torno da figura de Chagas Freitas. O jornalismo foi fundamental para firmar o controle político do grupo dentro do MDB do Estado da Guanabara (e, depois de 1975, Estado do Rio de Janeiro). Os jornalistas Sandra Salim, Miro Teixeira e Marcelo Medeiros assinavam colunas de defesa dos interesses populares e despontavam como herdeiros políticos de Chagas Freitas.¹⁸¹

O comentário do jornalista Pedro do Coutto demarca a importância de **O Dia**:

*“Quando chegou 70, Chagas Freitas já tinha assumido o comando do partido, com a influência direta de O Dia, porque O Dia tinha o que oferecer, que era a voz. O sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha uma certeza: seu nome sairia n’O Dia, e naquela ocasião era fundamental sair n’O Dia para se eleger.”*¹⁸²

O Dia tornou-se famoso por suas manchetes sensacionalistas, sendo popularmente identificado como *"o jornal que espreme e sai sangue"*. Durante o período chaguista, tornou-se o jornal de maior circulação do país, mantendo o perfil sensacionalista e sua pauta de assuntos dedicada aos problemas do Grande Rio (como abastecimento e violência) e distante das turbulências da conjuntura política. Essa linha editorial foi consequente com a forma da oposição chaguista durante o regime militar, tida como uma oposição *aderida* ao governo.

Chagas Freitas elegeu-se, por votação indireta, governador da Guanabara para o período de 1971 a 1975. Conforme o estudo de Eli Diniz, *"o ano da ascensão do chaguismo coincidiria com a escolha de Chagas Freitas para governador do estado da Guanabara, tendo ocorrido, no ano anterior, o controle do MDB carioca pela facção chaguista, estabelecendo-se o seu domínio tanto no diretório regional, quanto nos diretórios zonais"*.¹⁸³ Ainda de acordo com a autora, *"o fechamento do sistema político e o reforço do autoritarismo constituiriam um importante*

¹⁸¹ Idem.

Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.99.

¹⁸² Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *Crônica política do Rio de Janeiro*, op.cit., p.150.

¹⁸³ Eli Diniz, op.cit., pp.68-69.

*aspecto conjuntural, do qual o chaguismo se beneficiaria em seu movimento ascensional".*¹⁸⁴

Frente ao governo do estado (de 1971 a 1975 e novamente de 1979 a 1983), Chagas Freitas elevou a altos níveis de eficiência a prática do clientelismo, desenvolvendo um sistema de trocas de votos por favores particulares.¹⁸⁵ A própria sede de **O Dia** era usada como local para a realização de demandas e obtenção de favores. Apelidado de "Favelão", um salão abrigava as pessoas que vinham ao "jornal do Dr.Chagas" fazer pedidos.¹⁸⁶ Práticas como esta foram responsáveis por uma forte identificação das camadas de baixa renda com o jornal, garantindo-lhe, durante décadas, a fidelidade deste público, expressa no sucesso de vendas.

A Notícia circulou pela última vez no dia 4 de junho de 1979. A sua decadência, no entanto, vinha de muito tempo. Em 1958, a tiragem (que atingira 140 mil exemplares) caiu para 40 mil. O vespertino deixou de produzir um noticiário autônomo, passando a utilizar em demasia o material de **O Dia**, veiculando notícias já ultrapassadas e perdendo a sua autenticidade. Comentava-se, na época, que Chagas Freitas teria propositadamente desvalorizado o título, se precavendo contra uma eventual vitória na justiça dos herdeiros de Ademar de Barros. O jornal que mais se beneficiou com o desaparecimento de **A Notícia** foi justamente **O Dia**. A sua circulação aumentou para 300 mil exemplares e ele tornou-se um dos jornais de maior tiragem do país.¹⁸⁷

Com o declínio do chaguismo, em 1983 **O Dia** foi vendido ao jornalista Ary Carvalho, que passou a empreender uma reforma editorial e administrativa no jornal, percebida pela imprensa, a partir do início da década de 1990, como um audacioso processo de modernização, influenciando no mercado dos grandes jornais cariocas, como **Jornal do Brasil** e **O Globo**. Investiu-se pesado em tecnologia e informática para

¹⁸⁴ Ibid., p.92.

¹⁸⁵ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.99.

Eli Diniz, op.cit..

¹⁸⁶ Em entrevista ao CPDOC da FGV, em 10 de junho de 1997, a jornalista Magda de Almeida, de **O Dia**, cita o movimento no salão do jornal durante o período militar.

¹⁸⁷ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.99.

garantir um alto padrão industrial ao jornal. Foram gastos cerca de US\$ 32 milhões na construção do parque gráfico em Benfica, então um dos mais modernos da América Latina. A reformulação do jornal **O Dia** significou o abandono gradativo do sensacionalismo e a produção de um noticiário qualificado, que modificou seu público leitor, agora abrangendo também setores mais elitizados. O jornal é hoje um dos maiores do País.¹⁸⁸

Em maio de 1991, para concorrer com **O Povo**, jornal sensacionalista do bicheiro Raul Capitão, Ary de Carvalho resolveu relançar **A Notícia**. Mas a experiência durou apenas até 1998, quando o jornal encerrou suas atividades.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., pp.99-100.

¹⁸⁹ Ibid., p.100.

Luta Democrática

O jornal **Luta Democrática** foi fundado em 1954 por Tenório Cavalcanti, então deputado federal pela UDN e liderança política em Duque de Caxias, nas áreas vizinhas da Baixada Fluminense e no então Distrito Federal. Opositor do Estado Novo e inimigo político de Amaral Peixoto (genro de Getúlio Vargas) desde sua nomeação como interventor no estado durante o período autoritário, Tenório Cavalcanti usou o jornal para expandir sua clientela política e combater o segundo governo Vargas.

Natural de Alagoas, Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque migrou para o Rio de Janeiro aos 20 anos de idade, em 1926. Sua trajetória política teve início em 1936, quando elegeu-se vereador de Nova Iguaçu, pela União Progressista Fluminense (UPF) e representando o distrito de Duque de Caxias. Seu mandato, no entanto, foi interrompido pelo advento do Estado Novo, que suprimiu todos os órgãos legislativos do País. Seu oposicionismo, entretanto, não impediu que ainda na vigência do regime ditatorial fosse aprovado em concurso e nomeado agente fiscal em Duque de Caxias. Sua biografia já era então marcada por conflitos violentos, atribuídos por Tenório Cavalcanti a Amaral Peixoto e Agenor Barcelos Feio, secretário de Segurança do Estado do Rio.¹⁹⁰

Com o fim do Estado Novo, Tenório Cavalcanti filiou-se à UDN. Em 1947, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Estado do Rio, e em outubro de 1950, elegeu-se para a Câmara dos Deputados com a quarta votação entre os candidatos udenistas fluminenses. Durante a legislatura iniciada em 1951, intensificou ao máximo seu combate a Vargas e Amaral Peixoto, que no mesmo pleito haviam sido conduzidos à presidência da República e ao governo do Estado do Rio. Tenório Cavalcanti engrossou o coro udenista que acusou o governo de conceder favores financeiros ao jornal **Última Hora**, além de participar de todas as demais campanhas antigetulistas da época.¹⁹¹

¹⁹⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1292.

¹⁹¹ Ibid., p.1293.

O nome de Tenório ganhou neste período projeção nacional, devido ao seu envolvimento em eventos de grande violência, amplamente noticiados pela imprensa. No primeiro deles, o delegado de polícia de Duque de Caxias, Albino Martins de Sousa Imparato, foi assassinado em agosto de 1953. Imediatamente acusado como mandante do crime, Tenório se viu ameaçado de prisão pelo coronel Barcelos Feio, que retornara à Secretaria de Segurança do estado. Entretanto, quando a polícia pretendeu invadir sua residência – uma casa fortificada em Caxias, conhecida como “fortaleza” – a UDN lhe prestou solidariedade, enviando os nomes mais destacados do partido para uma vigília. Tenório permaneceu em liberdade, e nada ficou apurado no inquérito instaurado para esclarecer o assassinato.¹⁹²

Outro episódio que contribuiu para a sua notoriedade foi a defesa do tenente-aviador Jorge Alberto Franco Bandeira, acusado do chamado “Crime do Sacopã”, ocorrido em abril de 1952. Tenório, que havia se bacharelado pela Faculdade Nacional de Direito, atuou em diversas causas criminais. Através da maciça cobertura da imprensa, o “Crime do Sacopã” foi acompanhado com interesse por amplos setores da população. Tenório sustentou que os mandantes do crime teriam sido parentes de altas personalidades do governo Vargas. Em 1954, no entanto, o tenente Bandeira foi condenado.¹⁹³

Como explica Israel Beloch, em *Capa Preta e Lurdinha - Tenório e o povo da Baixada*: “A projeção de Tenório, que já vinha em ascensão, avolumou-se a partir de fevereiro de 1954, quando fundou no Rio, juntamente com Hugo Baldessarini, o diário **Luta Democrática**. Desde o princípio, o jornal associou-se à movimentação comandada por Carlos Lacerda, integrando-se à campanha antigetulista cujo recrudescimento acabaria conduzindo Vargas ao suicídio. Foi, nesse sentido, uma **Tribuna da Imprensa dos pobres**. Adotando uma linguagem popular e valendo-se de apelos sensacionalistas, como o recurso a chocantes fotografias de cadáveres, de preferência mutilados, que habitam a crônica policial, a

¹⁹² Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1293.

¹⁹³ Idem.

Luta Democrática conquistou grande aceitação junto às camadas mais pobres da população carioca e fluminense, difundindo uma imagem positiva, muitas vezes gloriosa e quase mítica, de seu proprietário".¹⁹⁴

Conforme é possível notar nos trechos extraídos por Israel Beloch da **Luta Democrática**, pesquisada pelo autor entre os anos de 1954 e 1964, o jornal esforçava-se por construir diariamente a imagem de Tenório Cavalcanti como o "advogado do povo", como fica evidente nos exemplos:

"Com a chegada do medicamento salvador, o sr.Domício Moura esteve em nossa redação para agradecer ao deputado Tenório Cavalcanti a iniciativa de ajudá-lo. O humilde servente, com os olhos rasos d'água, abraçou o diretor da **Luta Democrática** e naquele abraço mostrou toda a sua gratidão(...)."(**Luta Democrática**, 14/8/54, pg.8)

"Há dias, no Rio de Janeiro, com a providencial e altamente humana interferência do deputado Tenório Cavalcanti, cenas iguais às do Nordeste foram evitadas. Esperava-se o despejo do Morro São João e os seus moradores recorreram ao advogado do povo. O despejo foi evitado e as lágrimas vertidas pelos moradores do morro foram de alegria, de agradecimento, de perene gratidão ao homem providencial." (**Luta Democrática**, 11/9/60, pg.3)

A popularidade de Tenório formou-se na base do clientelismo, dos pequenos favores e donativos feitos à população pobre. Destaque-se que, situando-se a maior parte do tempo na oposição, sua popularidade foi construída precisamente na fase em que dispunha de um poder relativamente baixo de atendimento à clientela. Como nota Beloch, "o oposicionismo era uma condição inibidora da passagem da benemerência para a prestação de serviços maiores: as fontes de recursos públicos estavam em princípio fechadas para os adversários".¹⁹⁵

A **Luta Democrática** publicava diariamente a coluna *Escreve Tenório Cavalcanti*, na qual o deputado defendia as reivindicações

¹⁹⁴ Israel Beloch, *Capa preta e Lurdinha – Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*, RJ, Record, 1986, pp.99-100. Grifo meu.

¹⁹⁵ Ibid., p.92.

populares. A fama de Tenório é evidenciada pelo filme *Carnaval em Caxias*, uma chanchada de 1954, onde o personagem Honório Boamorte, representado por José Lewgoy (na época o mais conhecido vilão do cinema nacional), era claramente inspirado em sua figura.¹⁹⁶

Curioso, também, é o lugar de Tenório na UDN. Beloch o caracteriza como uma "ovelha negra" dentro do partido. O volume de votos que o deputado amalhava explica sua absorção por um partido de talhe elitista tão pronunciado, onde "a tradicional aversão ao getulismo transformava-se em horror ao populismo".¹⁹⁷ Mas a UDN era, como escreveu Maria Vitória Benevides, "várias UDNs", havendo lugar para as práticas políticas de Tenório Cavalcanti. Tenório edificaria aos poucos uma verdadeira máquina eleitoral personalística, de início em âmbito municipal, mais tarde espalhando-se pelo estado. A importância vital do voto para qualquer partido político no sistema representativo dourava a pílula tenorista, fazendo-a deglutível ao delicado paladar da UDN.¹⁹⁸

Em outubro de 1954, a liderança política de Tenório Cavalcanti em Duque de Caxias, nas áreas vizinhas da Baixada Fluminense e no então Distrito Federal rendeu-lhe a reeleição como deputado federal, com a maior votação do Estado do Rio. Ligado ao setor mais radical da UDN, Tenório apoiou o governo de Café Filho. Manteve-se na oposição durante todo o governo Kubitschek, quando participou das "caravanas de liberdade" lideradas por Carlos Lacerda. Lacerda lembrou mais tarde que, nessas campanhas, Tenório "*entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa... Afinal, era a primeira vez que viam um sujeito da UDN falando feito matuto e com 'ar de povo'*". Segundo um de seus auxiliares da época, "Tenório era o verdadeiro PTB dentro da UDN".¹⁹⁹

No pleito de outubro de 1958, repetiu seu feito eleitoral, obtendo novamente a maior votação do estado. Seu eleitorado, no entanto, aumentara apenas 10%, enquanto entre 1950 e 1954 aumentara mais de quatro vezes. Começou então a afastar-se de Carlos Lacerda, numa

¹⁹⁶ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1293.

¹⁹⁷ Israel Beloch, op.cit., p.118.

¹⁹⁸ Idem.

conjuntura em que amplas massas urbanas se deslocavam para a esquerda.²⁰⁰

A disputa eleitoral pelo governo do Estado da Guanabara em 1960 foi o detonador do divórcio entre Tenório Cavalcanti e a UDN. O partido escolheu Carlos Lacerda como seu candidato. Tenório acabou concorrendo pelo Partido Rural Trabalhista de Hugo Borghi, apoiado pelo Partido Social Progressista de Ademar de Barros. Lacerda foi eleito com 36,5% do total de votos apurados, enquanto Tenório teve 22,3%. Na sucessão presidencial, Tenório apoiou Ademar de Barros e a UDN venceu com Jânio Quadros. Em 1961, Tenório defendeu a posse de João Goulart, movendo-se politicamente para a esquerda.

Em 1962 Tenório concorreu ao governo fluminense. Na campanha, em que a **Luta Democrática** teve participação crucial, acolheu com veemência os grandes temas do governo Goulart, batendo-se pelas reformas estruturais e contra o capital estrangeiro. Em seus pronunciamentos de candidato, denunciou incisivamente o governo de Carlos Lacerda, acusado de ser a própria encarnação do reacionarismo, e procurou identificar-se junto ao eleitorado com a herança de Vargas.²⁰¹

O golpe de 1964 levou à cassação de Tenório, já no primeiro Ato Institucional. A **Luta Democrática** seguiu o destino de seu dirigente, enfrentando uma fase de dificuldades que levaria ao seu declínio. O jornal, que havia tido uma trajetória de sucesso até o início da década de 1960, desceu a tiragens bastante pequenas. Dos 30 mil exemplares em 1955, o matutino havia chegado a 117 mil em 1958 e 150 mil em 1962, tornando-se o terceiro jornal do Rio em circulação, só perdendo para **O Dia** e **O Globo**.

Entre 1962 e 1968, a **Luta Democrática** sofreu uma brusca queda de circulação, indo para a faixa de 60 mil exemplares. Segundo Hons, isto pode ser explicado por uma confluência de fatores. Além da hostilidade do regime militar, houve também nesse período aumento do preço do papel,

¹⁹⁹ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1293.

²⁰⁰ Alzira Alves de Abreu (coord.)...[et al.], Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, op.cit., p.1293.

²⁰¹ Israel Beloch, op.cit., p.58.

uma considerável perda do poder aquisitivo das classes populares e o desenvolvimento da televisão.²⁰²

Em março de 1970, quando já se dispunha a fechar a **Luta Democrática**, Tenório Cavalcanti arrendou o jornal a Raul Azêdo Netto, que o editou durante dois anos. O jornal foi se orientando cada vez mais para o público de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. A partir de 1970, sua tiragem manteve-se limitada a uma faixa entre 15 e 20 mil exemplares. Sem condições financeiras de continuar a editá-lo, o jornalista transferiu o arrendamento a Boris Nikolasievski, também jornalista, que manteve a publicação até fins de 1978, quando foi derrotado para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio, pelo MDB, e decidiu devolver o jornal a Tenório.²⁰³

Novo arrendamento transferiu a **Luta Democrática** ao publicitário Evandro Mendes da Costa, responsável por sua edição até 1979. Em fevereiro de 1980, Tenório arrendou o jornal por um ano à empresa Edigrajo, cujos sócios, diretores e gerentes eram Yvonne Theresa de Souza Campos, Olympio de Souza Campos Filho, Oséas de Carvalho, José Lahud Yasbeck e Renato Fernandes Balseiro. Durante esse período, a tiragem do jornal variou entre 5 e 10 mil exemplares.²⁰⁴

Em fevereiro de 1981, na data do vencimento do contrato, Olympio Campos devolveu a **Luta Democrática** ao seu proprietário e começou a editar um novo jornal, chamado **Luta, o jornal do povo**, em tudo uma cópia do jornal de Tenório. Em março daquele ano Tenório entrou com um processo contra a Edigrajo e em outubro a **Luta Democrática** voltou a circular, arrendada novamente a Evandro Mendes da Costa, com a finalidade de não paralisar, perder ou confundir a marca. Os dois jornais passaram, então, a disputar o mesmo mercado, até o desaparecimento de ambos.²⁰⁵

²⁰² André de Séguin des Hons, op.cit., p.187.
Ana Paula Goulart Ribeiro, op.cit., p.104.

²⁰³ Rosa Nívea Pedroso, op.cit., p.28.
André de Séguin des Hons, op.cit., p.234.

²⁰⁴ Rosa Nívea Pedroso, op.cit., pp.28-34.

²⁰⁵ Rosa Nívea Pedroso, op.cit., pp.28-36.

